



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2013/2017**

ATA NÚMERO QUATRO

----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE ABRIL DE DOIS MIL E CATORZE. -----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de Abril de dois mil e catorze, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto 1 do artigo 27º da lei número 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Um Ponto Um) – Apreciação e Votação da ata da sessão de vinte e oito de Fevereiro de dois mil e catorze. -----

----- Ponto Um ponto Dois) – Leitura resumida do expediente. -----

----- Ponto um Ponto Três) – Período para intervenções. -----

----- Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Dois Ponto Um) - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal. -----

----- Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e Votação da Modificação número:7 – Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número 1 do ano contabilístico de 2014. -----

----- Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e Votação da Modificação número:7 – Revisão ao Orçamento da Receita número 1 do o ano contabilístico de 2014. -----

----- Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Modificação número:7 – Revisão ao Orçamento da Despesa número 1 do ano contabilístico de 2014. -----

----- Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e Votação da Modificação número:9 – Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número 7 do ano contabilístico de 2014. -----

----- Ponto Dois Ponto Seis) – Apreciação e Votação da Modificação número:9 – Alteração ao Orçamento da Despesa número 5 do ano contabilístico de 2014. -----

----- Ponto Dois Ponto Sete) – Apreciação e Votação da Utilização do Saldo da Gerência de 2013. -----

----- Ponto Dois Ponto Oito) – Apreciação e Votação da Modificação número:8 – Revisão ao Orçamento da Receita número 2 do ano contabilístico de 2014. -----

----- Ponto Dois Ponto Nove) – Apreciação e Votação do Inventário do Património Municipal. -----

----- Ponto Dois Ponto Dez) – Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano financeiro de 2013. -----

----- Ponto Dois Ponto Onze) – Apreciação e Votação do Relatório de Gestão do ano financeiro de 2013. -----

----- Ponto Dois Ponto Doze) – Apreciação e Votação da Análise Económico-financeira do ano financeiro de 2013. -----

----- Ponto Dois Ponto Treze) – Apreciação e Votação da Certificação Legal das Contas do Município de Vimioso. -----

----- Ponto Dois Ponto Catorze) – Apreciação e Votação do Relatório de Gestão 2013 da “Vimioso 2003 – Atividades Artesanais e Turísticas de Vimioso, E.M. -----

----- Ponto Dois Ponto Quinze) – Apreciação e Votação do Relatório e Parecer do Fiscal Único 2013 da “ Vimioso 2003 – Atividades Artesanais e Turísticas de Vimioso, E.M. -----

----- Ponto Dois Ponto Dezasseis) – Apreciação e Votação da Certificação Legal das Contas 2013 da “ Vimioso 2003 – Atividades Artesanais e Turísticas de Vimioso, E.M. -----

----- Ponto Dois Ponto Dezassete) – Apreciação e Votação do Relatório da Consolidação de Contas de 2013 do Município de Vimioso. -----

----- Ponto Dois Ponto Dezoito) – Apreciação e Votação da Certificação Legal das Contas Consolidadas do Município de Vimioso. -----

----- Ponto Dois Ponto Dezanove) – Apreciação e Votação das Regras Aplicáveis à Assunção de Compromissos e aos Pagamentos em atraso – Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro – COMPROMISSOS PLURIANUAIS - Auto-

rização Prévia da Assembleia Municipal – Ligação Vimioso - Fronteira (Alcanices). -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte) – Apreciação e Votação das Regras Aplicáveis à Assunção de Compromissos e aos Pagamentos em atraso – Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – Autorização Prévia da assembleia Municipal. Procedimento para Manutenção/Aluguer de Fotocopiadoras. -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte Um) – Apreciação e Votação da Autorização da Assembleia Municipal para a Abertura de Procedimento Concursal de Recrutamento para um Técnico Superior da área de Informática - Especialista de Informática, e um Técnico Superior da área de Arquitetura - Arquiteto. -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte Dois) – Eleição de um Representante dos Presidentes de Junta para integrar a Comissão Municipal de defesa da Floresta contra Incêndios. -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte Três) – Apreciação e Votação da Proposta de Alteração ao artigo 4º do Regulamento Municipal de Segurança. -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte Quatro) – Eleição de dois cidadãos designados pela Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Segurança. -----

-----Ponto Dois Ponto Vinte Cinco) – Delegação de Competências - Acordos de Execução – Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro. -----

-----Ponto Dois Ponto Vinte seis) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- Ponto Três) – PERÌODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dado início à sessão. O senhor segundo secretário verificou as presenças. Estiveram presentes os senhores membros da Assembleia Municipal: José Baptista Rodrigues, Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes, Serafim dos Santos Fernandes João, Carlos Manuel Ataíde Fernandes, António Emílio Dias, Aníbal Alves do Rosário, José Manuel Granado Afonso, Manuel João Ratão Português, Sandra Manuela Carvalho Vila, José António Vara Freire, Luís Manuel Tomé Fernandes, José Manuel Miranda, Manuel João Fernandes Preto, António dos Santos João Vaz, Hélder Domingos Ramos Pais, Natalina Neves Pires, Manuel Pascoal Lopes

Padrão, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado, José Manuel Alves Ventura. -----

----- Faltaram os senhores membros da Assembleia, José António Cerqueira da Costa Moreira tendo justificado antecipadamente a sua falta, Manuel Fernandes Oliveira, José Carlos Vaz Gonçalves, Maria Merênciã Rodrigues Machado e André Fernandes Ramos. -----

----- Estiveram presentes de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, o senhor Presidente da Câmara António Jorge Fidalgo Martins e os senhores Vereadores António Augusto Torrão Vaz, Licínio Ramos Martins e Paulo José Fernandes Lopes. -----

----- **Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Um Ponto Um) – Apreciação e Votação da ata da sessão de 28 de Fevereiro de dois mil e catorze.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia foram referidas algumas correções a introduzir na ata. Colocada à votação foi aprovada por maioria. Absteve-se o senhor Carlos Manuel Ataíde Fernandes que justificou o seu voto por não ter estado presente. -----

----- **Ponto Um Ponto Dois) – Leitura resumida do expediente.** -----

----- Pelo senhor segundo secretário foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última Assembleia. -----

----- **Ponto Um Ponto Três) – Período para intervenções.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia. Fez a seguinte intervenção: -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara
Exmos. Senhores vereadores
Exmas. e Exmos. membros da Assembleia Municipal
Exma. e Exmos. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia
Minhas senhoras e meus senhores

Faz hoje 40 anos após o 25 de Abril de 1974. A história está escrita apesar de muito, e bem, se continuar a escrever.
Nunca é demais dizer OBRIGADO a todos quantos puseram fim a uma longa ditadura, a uma guerra colonial, à repressão.

A LIBERDADE é e será sempre um dos maiores valores de qualquer sociedade e, somos aqueles, nos quais me incluo, que viveram o antes e o após o 25 de Abril de 1974, quem lhe damos maior significado e importância.

Não há verdadeiramente pessoa humana se não tiver o pleno direito e gozo da liberdade.

Mas, a liberdade exige de cada cidadão e da sociedade o sentido da responsabilidade individual e colectiva, quanto mais não seja para que jamais seja posta em causa ou sequer se criem condições que a possam pôr em perigo.

Estamos num município, somos membros de órgãos autárquicos democraticamente e livremente eleitos. Também isto se deve a Abril de 1974, donde, também hoje é motivo para celebrar, para comemorar os 40 anos do Poder Local livre e democrático.

É justamente o Poder Local a maior realização, o maior sucesso do 25 de Abril. 40 anos é uma data simbólica e, a nossa presença hoje e aqui, com uma sessão ordinária, é significativa da importância que damos e sempre devemos dar ao 25 de Abril, em geral, e ao poder local, em particular.

É um facto que o nosso concelho não é o mesmo de há 40 anos. São incomparáveis as condições de vida de hoje, 2014, com a de 1974. Educação, saúde, desporto, cultura, água e saneamento, rodovias, habitação, assistência social, entre outras, tudo melhorou. A qualidade de vida de hoje e de outrora é, felizmente, diferente, para melhor. Este desafio foi ganho. O poder local e o nosso município cumpriram.

No entanto, simultaneamente, outros desafios surgiram e, parece-me, de dificuldade bem maior.

A verdade é que, Câmara e Juntas de Freguesia, todos juntos, melhoramos a qualidade de vida da nossa população, mas, também é verdade que temos cada vez menos gente no concelho. É um verdadeiro e preocupante contrasenso: Em Abril de 1974 tínhamos gente e não tínhamos condições, hoje, temos condições e não temos gente!

O que fazer então?

Não é tarefa fácil, mas não podemos baixar os braços.

Certamente que, terminado o ciclo das infra-estruturas, abre-se um tempo que exige novas políticas. Acredito que é esse o caminho e que o nosso concelho saberá trilhá-lo.

Consegui-lo-emos sozinhos? Obviamente que não.

Essa tarefa é bem mais difícil do que a das infra-estruturas e obriga a uma maior articulação e conciliação de políticas locais, regionais e nacionais.

O nosso concelho tem de afirmar e defender a sua identidade mas, cada vez mais, tem de actuar a nível da Comunidade Intermunicipal, junto do poder Central, entenda-se Governo, e, diria mesmo a nível europeu.

A nossa voz, por si só, não será ouvida, mas em conjunto com outros municípios terá mais força. É com muita esperança e optimismo que vejo que a nossa Câmara Municipal o tem estado a fazer.

Comemorar o 25 de Abril será sempre assumir o nosso papel como cidadãos e como representantes do povo, defendendo sempre os seus legítimos interesses.

Comemorar Abril obriga sempre e cada vez mais a colocar um elevado sentido de estado no exercício de cargos públicos e políticos.

Comemorar Abril é acreditar sempre num futuro melhor em sociedade.

Finalmente, comemorar Abril é dizer Viva a Liberdade, Viva o concelho de Vimioso, Viva Portugal.”

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos. Disse:” Nesta data especial não deixaria passar a oportunidade de dar as boas vindas a mais um eleito de Carção. Já somos quatro, espero bem que os quatro saibamos, de facto, desempenhar as nossas funções, em prol do concelho, em primeiro plano, e em prol da freguesia numa segunda circunstância. Também eu não podia deixar passar esta oportunidade que é Abril que é a vinte cinco e é um dia que eu vivi com intensidade, porque na altura tinha os meus dezoito anos e já sabia o que queria, embora não percebesse pata-vina, desculpem a expressão, de política. Vou contar-vos uma história, são histórias de Abril, nunca é demais contá-las para saber o que era o antes, porque o após toda a gente está farta de dissecar o após vinte e cinco de Abril. Toda a gente sabe o que é a democracia e ao cabo e ao resto parece-me que ninguém sabe. Em Março de setenta e quatro, estava eu em Carção tendo uns dias de férias. Após a revolta das tropas em Caldas da Rainha, e desse movimento das tropas das Caldas da Rainha fazia parte um rapaz de Carção de quem eu era e sou muito amigo que é o Abreu Vaqueiro Afonso. Eu e mais outro rapaz que já sabia o que era a política, o Francisco Vaz, estávamos no café a lamentar que o Abreu estava preso, mas eu não percebia pata-vina nem sabia o que o Francisco Vaz queria dizer com aquelas balelas todas que dizia, politica para aqui política para acolá. Estava na altura a discursar o Américo Tomás naquelas conversas de família, no café do tio Alberto Chelo e nós a jogar uma matraquilhada. Disse eu para o tio Alberto Chelo: apague lá a televisão que está ali aquela besta a falar. Mal digo isto sai de lá um fulano qualquer e diz: ou te calas ou te prendo! Eu disse o que é isto? E este quem é? Disse ele para o meu pai: ó Chico ou mandas calar o rapaz ou já vai dentro! Isto é a sério, isto não é brincadeira nenhuma. O que é certo é que o meu pai mandou-me para casa. No dia seguinte, o tal Francisco Vaz que estava em Lisboa explicou-me porque é que o Abreu tinha sido preso, aqueles movimentos todos e eu fiquei com uma ideia do que era aquilo mas não liguei importância. Passados mais uns tempos deu-se o vinte e cinco de Abril estava eu em Lisboa. Por isso é que eu digo que a minha geração é uma geração de ouro. Aos dezoito anos sofri todos aqueles processos da aculturação política cultural e académica. Passado

algum tempo, lá venho eu para Carção, oito dias depois do vinte e cinco de Abril, depois das festas todas em Lisboa, e diz-me o meu pai: olha aquele que te queria prender anda a fugir pelos telhados, anda a GNR atrás dele porque era da PIDE em Moçambique. Depois já toda a gente sabia o que era a PIDE. O vinte e cinco de Abril para mim foi isto. Foi saber que os maus tinham sido presos, tinham sido perseguidos, e que o povo tinha finalmente a liberdade de falar. Passados uns tempos vivi também em Lisboa o onze de Março, vinte e oito de Setembro, vinte e cinco de Novembro todas aquelas conturbações. Nunca fui de grandes intensidades em termos políticos, mas posso dizer que conheci o Saldanha Sanches, conheci a Maria José Morgado, fui camarada do José Manuel Durão Barroso, de quem não guardo muito boas recordações, mas o vinte e cinco de Abril permitiu-me tudo isso, permitiu-me aculturar e politizar-me. Passados quarenta anos quando vejo um Vasco Polido Valente, que é um homem do bloco central, que é um homem que foi deputado, se a memória não me engana, do PPD e do PS, um homem ligado à política com grandes responsabilidades, colunista, politólogo, dizer que não devemos nada aos militares de Abril fico surpreendido e fico magoado. Quando vejo que se perdem todos os tempos que antecedem o vinte e cinco de Abril, a guerrearem-se os políticos sobre se os militares devem ou não discursar na Assembleia da República, quando vejo que em algumas circunstâncias já nem toda a gente tem direito à educação à habitação e à saúde, quando vejo que aquela canção do Zeca Afonso que diz “ Negro bairro negro, onde não há pão não há sossego, menino sem condição, irmão de todos os nus, tira os olhos do chão vem ver a luz”, aquela luz que alumia toda a gente, e vejo que essa luz se apaga para muitos conterrâneos meus, muitos conhecidos e muitos amigos, vejo que passamos o tempo a discutir e a discursar o acessório e pomos o essencial de parte. Ainda ontem, muito magoado ouvi uma reportagem da Rádio Renascença, que foi tomada e assaltada, e a justificação para o assalto era muitos deputados dizerem: vamos libertar a Rádio Renascença porque na Rádio Renascença ao menos ouvimos músicas dos Beatles não ouvimos só músicas revolucionárias do Zeca Afonso e do José Mário Branco. Quando ouvi, ontem, na Rádio Renascença uma sondagem, um inquérito à juventude em que perguntavam à população em geral: se fosse hoje, as senhas do vinte e cinco de Abril Grândola e Depois do Adeus de Zeca Afonso e de Paulo de Carvalho poderiam ser as

mesmas? Respondeu o povo: não, hoje a senha indicada era tudo para os contentores dos Xutos e Pontapés. Quando vejo estas expressões, ou então aquela dos Deolinda “Que parva que eu sou”: quando vejo que uma das meninas respondeu mais ou menos isto, a música ideal era tudo para os contentores metê-los lá a todos e mandá-los para o alto mar, e perguntam-me: e porquê? Porque é Bué de Fixe Man. Quando vejo que a linguagem da juventude, a aculturação da juventude, quando vejo que os acordos ortográficos resultaram nisto é com mágoa que digo, é revoltante, é ultrajante discutirmos hoje se valeu ou não a pena Abril. Cada um tem a sua ideia, não vou aqui discutir isso. Mas sobretudo peço uma coisa e que eu seja capaz de continuar a fazer o mesmo: Abril é pão para todos na mesa, Abril é educação, Abril é saúde, Abril é habitação. Abril é quando um homem quiser não deixem sobretudo o povo que é esse que merece, não deixem o povo passar fome.” -----
----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia José Freire. Disse:” Esta data dos quarenta anos do vinte e cinco de Abril é uma data que com toda a certeza representa muito para todos nós, para os que eram mais velhos como referiu o Senhor Presidente da Assembleia, que tiveram a sorte de viver os dois mundos, e para nós que somos algo mais novos mas também conhecemos as agruras do outro tempo, do tempo antes da liberdade. Para os mais novos que nasceram já depois do vinte e cinco de Abril e que não tiveram possibilidade de viver esse tempo, hoje, mais do que nunca, passados estes quarenta anos, é a juventude e nós, os meio jovens, e aqueles mais velhos nunca como agora é preciso unirem esforços para que o tempo antes do vinte e cinco de Abril não volte. Eu digo isto porque cada vez tenho a consciência pessoal, que eu já era um rapaz no vinte e cinco de Abril, que esse tempo está a vir e a passos largos. E nós ouvimos hoje como já foi aqui referido muitas pessoas que falaram no vinte e cinco de Abril e até cantarem algumas cantigas como referiu aqui o António Santos, a pensar que estão a cantar “o apita o comboio” porque não sentem. Hoje é muito lindo falar em Abril mas é preciso lutar para que o tempo da outra senhora não venha outra vez porque está muito perto. E um concelho como o nosso teve muito, e os outros todos, desenvolvimento. Os concelhos do interior que estávamos longe de tudo e cada vez nos querem afastar mais, devem muito ao vinte e cinco de Abril e ao poder local. E foi o poder local ao longo destes quarenta anos que desenvolveu os nossos conce-

lhos e criou algumas condições para as nossas populações. E este governo de uma forma traiçoeira quer acabar com o poder local, fá-lo diariamente na retirada dos serviços, ainda agora anunciou uma medida, quer retirar cinquenta por cento das repartições de finanças junto de nós. Vai tirá-las, e nós muito pacientes esperamos que isso aconteça. Depois, se calhar, diz: não tiramos cinquenta só vamos tirar quarenta, e batemos-lhe palmas porque foi uma vitória que nós conseguimos! Mas o poder local está posto em causa e futuramente temos de nos unir. A Assembleia aqui devia tomar uma posição quanto ao fecho das finanças, e nós que representamos quem nos elegeu temos a obrigação de dizer às pessoas e as pessoas tem de saber se somos contra ou se somos a favor do encerramento destes serviços que tão valiosos são para nós, para populações cada vez mais indefesas, cada vez mais sozinhas e quase por conta própria se não tomarmos alguma medida. Nos quarenta anos do vinte e cinco de Abril também quero fazer uma referência porque me acho enganado: Na última Assembleia, quando falamos que íamos hoje fazer esta sessão, era para ter mais um bocadinho de respeito pelo vinte e cinco de Abril. Na convocatória nem o vinte e cinco de Abril é referenciado e não abandono esta sala por respeito a quem está cá e por respeito ao vinte e cinco de Abril. Porque a convocatória de uma forma vergonhosa nem refere o vinte e cinco de Abril. Votei e fui dos primeiros a dizer, numa forma de contenção, devemos unir as duas Assembleias, extraordinária e a ordinária. Mas, não era só a ordinária que devia estar aqui referenciada. Porque o vinte e cinco de Abril é uma data muito séria que temos de respeitar. Sinto-me de uma forma enganado porque não foi isso que votei. Eu não vou atrás do caminho que este governo quer levar, é a todo o risco contenção de custos para quem não pode, mas para quem pode não há contenção de custos. E eu vejo isto como a retirada só de um feriado que é muito importante às pessoas para não ser feito noutro dia. Meus amigos, vou terminar dizendo: o vinte e cinco de Abril tem que perdurar e tem de perdurar para os nossos filhos e para os filhos dos nossos filhos, e se nós não fizermos alguma coisa não vai ser assim, vão ser os nossos filhos ou os filhos dos nossos filhos que têm de fazer outro vinte e cinco de Abril.” -----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Serafim João. Disse:”

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vimioso

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vimioso
Ex.mos Senhores Membros da Assembleia Municipal de Vimioso
Excelências
Minhas Senhoras e meus Senhores

Passados 40 anos sobre a Revolução dos Cravos, somos desafiados a questionarmo-nos, se ainda se justifica celebrar e comemorar esta data?

A minha resposta é só uma, não só se justifica, como me parece ser um dever e uma obrigação. Pois um povo que não recorda a sua memória não dignifica a sua história, pondo em causa a formação das próximas gerações.

Vale sempre a pena lembrar um pouco daquilo que representou para o povo português, e em particular para Vimioso e mais concretamente para mim e para nós.

Não é o relato dos acontecimentos que se torna importante, mas sim algo de mais profundo que está subjacente ao 25 de ABRIL. Celebrar ABRIL é antes de mais viver o presente de uma forma livre e autónoma, contribuindo assim para um futuro mais risonho e menos dependente, pois só assim diremos “que somos livres, livres de viver”.

Liberdade de ação, de expressão e de reivindicação, ou seja liberdade de cada um usar a sua razão. Mas esta liberdade tem de ser vivida em Democracia e portanto no reconhecimento de que aquele que está ao nosso lado é tão livre quanto nós. O respeito pelo outro, pondo de parte o autoritarismo, contribuiremos para ideais do 25 de ABRIL.

Como é do conhecimento de todos o 25 de ABRIL trouxe ao poder local e autárquico grandes conquistas, anteriormente vedadas aos cidadãos.

Perguntamos:

Progredimos? Sem dúvida

Estamos satisfeitos? Não, não estamos. Temos de ser exigentes reivindicativos, inconformados, pois só assim será possível acabar com as desigualdades das quais o nosso concelho tem sido uma vítima.

Não podemos admitir que pelo facto de sermos um concelho pequeno com pouca gente e longe dos centros decisores, ser tratados como cidadãos de segunda. Temos de nos fazer ouvir, mostrar que somos portugueses de pleno direito, até estamos mais perto da Europa, somos poucos, mas somos. Temos de ter as mesmas oportunidades, a ter acesso às mesmas opções.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vimioso
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vimioso
Ex.mos Senhores Membros da Assembleia Municipal de Vimioso
Excelências
Minhas Senhoras e meus Senhores

Esta Tarefa cabe a todos nós, mas mais em particular ao poder executivo. O nosso concelho será aquilo que nós quisermos fazer dele, embora dependentes do poder central, é aqui que devemos colocar em prática os valores de Abril.

Muito tem feito nos últimos tempos esta Câmara e este Executivo para melhorar a qualidade de vida no nosso concelho, e o bem-estar dos nossos concidadãos. Penso que este desempenho irá ser reforçado e com o empenho de todos, todos contribuiremos para um concelho ainda melhor.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vimioso
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vimioso
Ex.mos Senhores Membros da Assembleia Municipal de Vimioso
Excelências

Senhores vereadores; Senhoras e senhores autarcas; minhas senhoras e meus senhores,

Celebrar estes 40 anos do 25 de ABRIL é também homenagear todos aqueles que contribuíram e continuam a contribuir para o bem-estar das pessoas, quer no passado presente e futuro.

Esta homenagem a todos os intervenientes nos 40 anos do 25 de Abril, é tanto mais importante quanto mais soubermos assumir os destinos das nossas terras e das nossas gentes.

Que o nosso concelho seja TERRA DA FRATERNIDADE – Saibamos estar unidos quando se tratar de defender os interesses do nosso Concelho. Saibamos praticar a fraternidade, a igualdade e a liberdade.

Por uma liberdade plena, 25 de Abril Sempre.

Vivam os 40 anos do 25 de Abril; VIVA O CONCELHO DE VIMIOSO, VIVA PORTUGAL.”

----- **Ponto Dois) PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Um) Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal.** -----

----- Todos os membros estavam na posse da informação (enviada antecipadamente). Não houve Intervenções / pedidos de esclarecimentos. -----

----- Dada a complementaridade dos pontos, dois ponto dois, dois ponto três, dois ponto quatro, dois ponto cinco e dois ponto seis, o Senhor Presidente da Assembleia propôs, e foi aceite, que fossem discutidos em conjunto sendo que, a sua votação decorreria separadamente. -----

----- **Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e Votação da Modificação número:7 – Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número 1 do ano contabilístico de 2014.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e Votação da Modificação número:7 – Revisão ao Orçamento da Receita número 1 do ano contabilístico de 2014.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Modificação número:7 – Revisão ao Orçamento da Despesa número 1 do ano contabilístico de 2014.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e Votação da Modificação**

número:9 – Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número 7 do ano contabilístico de 2014. -----

----- Ponto Dois Ponto Seis) – Apreciação e Votação da Modificação número:9 – Alteração ao Orçamento da Despesa número 5 do ano contabilístico de 2014. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: Como sabem, o novo quadro comunitário Portugal vinte vinte ainda não entrou em vigor, e ainda está a decorrer o chamado QREN, dois mil e sete / dois mil e treze. Em reuniões da Comunidade Intermunicipal foi-nos dado conhecimento, pela Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte CCDRN, de que existe a possibilidade de poderem vir a ser alocadas algumas verbas, que não estão a ser gastas ou que não se prevê que venham a ser gastas, a Comunidades Intermunicipais. Recordo que quando existia a Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes com os quinze municípios, foram afetadas verbas a cada comunidade, e depois os municípios, entre eles, faziam uma espécie de “negociação” sobre as verbas. Na altura, a meio de percurso, foram retiradas à CIM de Trás-os-Montes, por um acordo entre a Associação de Municípios e o Governo, vinte e cinco milhões de euros mais sete milhões de euros que transitaram de eixos da contratualização para o POVT o Programa de Valorização do Território. O que acontece é que a atual CIM de Trás-os-Montes conjuntamente com a atual CIM do Tâmega reivindicaram junto da CCDR que, havendo dinheiros que não vão ser gastos, esse dinheiro fosse repostos, fazendo-se justiça, regressando a essas CIM”s e a outras a quem foi também retirado dinheiro. Já agora recordar que quando foi feita essa retirada de dinheiro abriu-se um concurso extraordinário que era a chamada bolsa de mérito e o nosso município, felizmente, conseguiu ir buscar dinheiro a essa bolsa de mérito. Em Junho de dois mil e quinze, e aí é mesmo a data final, tem que estar tudo fechado financeiramente no que respeita ao QREN. Significa isto que há muito pouco tempo para gastar dinheiro. O que a CCDR nos diz é o seguinte: nós vamos privilegiar projetos que já tenham alguma maturidade, de preferência até que já tenham sido concretizados e não tenham sido financiados, porque é muito simples, é só fazer a candidatura e depois fazer os pedidos de pagamento. Nós na CIM de Trás-os-Montes continuamos a fazer muita força para que seja possível ainda financiar estradas, entenda-se, estradas municipais. Embora a CCDR

tenha pouca abertura para esses financiamentos, até porque ainda existe algum diferendo entre o IFDR que agora já não é IFDR é a Agência do Desenvolvimento que era quem fazia os pagamentos, porque a União Europeia tem reservas quanto às verbas que foram utilizadas para recuperar estradas. Mas, precavendo-nos um pouco, nós executivo achamos por bem fazer o seguinte: se o próximo quadro comunitário não traz verbas para estradas, nós temos aqui uma estrada que necessita de uma beneficiação que é a estrada das Três Marras. O que nós fazemos é o seguinte: esta alteração ao PPI e portanto ao Orçamento da receita e da despesa que é o está aí nesses pontos todos, respeita à integração de uma nova rubrica no Plano. Se repararem não lhe chamamos beneficiação da estrada das Três Marras propositadamente, chamamos-lhe Ligação Vimioso – Fronteira (Alcanices) porque o que o litígio ou as diferentes interpretações têm a ver com o facto de beneficiar novas estradas, ou beneficiar estradas existentes. Então, vamos chamar-lhe Ligação e portanto uma ligação que andarà na ordem um milhão e trezentos mil euros. Quero sublinhar que não há garantia absolutamente nenhuma de que possamos vir a ter financiamento para esta estrada, não há nenhuma, e que o dinheiro mesmo vindo para a CIM possa ser gasto em estradas. De qualquer das formas, passo a expressão, é atirar um bocado com o barro à parede, e o que nós vamos fazer é já numa reunião de Câmara extraordinária, na terça-feira, lançar o concurso. Não o podíamos fazer sem o termos inscrito em plano e sem ter o cabimento necessário. A estrada das Três Marras basicamente é meter-lhe uma nova camada de alcatrão e obviamente criar outras condições de segurança, mas é basicamente isso que é um trabalho que se faz com a relativa rapidez. No dois ponto seis, nós, para garantir o nosso auto-financiamento que são cento e noventa, quase duzentos mil euros, tivemos que ir a outras rubricas, para já retirar dinheiro para reforçar esse auto-financiamento e aparecem aí nessa documentação as rubricas onde fomos tirar dinheiro para colocar no auto-financiamento, cerca de duzentos mil euros nesta beneficiação ou nesta Ligação Vimioso-Fronteira. Sublinho que vamos fazer todos os esforços, obviamente que temos de ter alguma maturidade no projeto para justificar que as coisas podem andar rapidamente. No concurso público vamos colocar os prazos mínimos para os concorrentes, quem quiser, para as empresas poderem concorrer e obviamente nós só faremos a adjudicação quando tivermos o contrato

de financiamento com a CCDR. Reparem que temos uma situação idêntica nós já podíamos ter começado as obras do quartel da GNR há praticamente um ano, foi-nos dito que haveria financiamento, depois vem a União Europeia a dizer que não se podem financiar forças de segurança, obviamente que nunca foi feita a adjudicação da obra que podia ser feita porque não temos ainda o contrato de financiamento na mão. Em síntese: dois ponto dois revisão ao PPI tem a ver com uma integração de uma nova rubrica no plano. Depois temos no dois ponto três no Orçamento da receita porque é alterado porque entra dinheiro comunitário, Orçamento da despesa que vamos gastar nessa rubrica, e finalmente no dois ponto seis porque temos que aqui adaptar, tirar de outras rubricas onde tínhamos verba para colocar para a comparticipação do município nessa obra e é isso de que se trata.” -----

----- Não tendo havido intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto dois à votação tendo sido aprovado por maioria com a abstenção do senhor membro José Manuel Granado. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. Postos à votação os restantes pontos foram todos eles aprovados por unanimidade. Colocados à votação em minuta foram todos aprovados, em minuta, por unanimidade. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia propôs e foi aceite que o dois ponto sete e o dois ponto oito fossem discutidos em conjunto uma vez que estão interligados, sendo que a sua votação decorreria separadamente. -----

----- **Ponto Dois Ponto Sete) – Apreciação e Votação da Utilização do Saldo da Gerência de 2013.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Oito) – Apreciação e Votação da Modificação número:8 – Revisão ao Orçamento da Receita número 2 do ano contabilístico de 2014.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” No dois ponto sete, em reunião de Câmara, sempre acontece todos os anos, foi apurado o saldo da gerência do ano anterior no valor de oitocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e um euros e noventa e um cêntimos. Este valor é elevado porque, como sabem, estavam a decorrer obras ou estão ainda a decorrer mas, já na altura estavam a decorrer obras financiadas por fundos comunitários designadamente o Centro Interpretativo das Minas de Argozelo, e as duas empreitadas do Parque Ambiental. As três obras no total totalizam cer-

ca de um milhão de euros. Obviamente que a execução física não está nem estava em trinta e um de Dezembro adiantada e portanto a execução financeira também não. Resulta portanto esse valor relativamente elevado. Nestas condições, apurado este valor, é necessário integrá-lo no orçamento da receita do corrente ano. Portanto, o dois ponto sete é para aprovarmos a utilização do saldo de gerência no orçamento do corrente ano. O dois ponto oito é exatamente para votá-lo na integração como acontece só pode ser dessa forma no orçamento da receita do ano de dois mil e catorze.” -----

----- Não tendo havido intervenções / Pedidos de esclarecimento relativamente a estes pontos, o Senhor Presidente colocou os mesmos à votação tendo sido aprovados por unanimidade. Colocados à votação em minuta foram ambos aprovados por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Nove) – Apreciação e Votação do Inventário do Património Municipal.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” A fim de dar cumprimento às disposições legais sobre a matéria apresentamos à Assembleia Municipal o mapa do ativo bruto que inclui os bens registados com referência aos anos de mil novecentos e noventa e quatro a dois mil e treze. Neste sentido em trinta e um de Dezembro de dois mil e treze o valor patrimonial dos bens registados totalizava uma soma de trinta e três milhões, novecentos e trinta e oito mil, oitocentos e trinta e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos. Trazemos a esta Assembleia exatamente a apreciação e a votação deste relatório do Inventário do município.” -----

----- Não tendo havido intervenções / Pedidos de esclarecimento o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação sendo este aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. ---

----- O senhor Presidente da Assembleia propôs e foi aceite que o dois ponto dez e o dois ponto onze fossem discutidos em conjunto dada a sua complementaridade, sendo que a sua votação decorreria separadamente. -----

----- **Ponto Dois Ponto Dez) – Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano financeiro de 2013.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Onze) – Apreciação e Votação do Relatório de Gestão do ano financeiro de 2013.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Uma vez que

em Assembleias do anterior mandato era sugerido, embora ele apresentasse no relatório, o balanço do ano, achamos por bem, no presente ano, submeter a esta Assembleia os fluxos de caixa, o balanço e a demonstração de resultados. Portanto nos fluxos de caixa permite identificar e classificar as receitas do município, como bem podem verificar. Relativamente ao balanço identifica o ativo, o passivo e o capital próprio do município. Na demonstração dos resultados podemos identificar os custos da atividade desenvolvida pela Câmara, os proveitos e ganhos determinando ainda o resultado líquido do exercício. Relativamente ao Relatório de Gestão do ano financeiro parece ser o mais significativo, permitam-me então que diga o que resulta do relatório de gestão de dois mil e treze: apesar da autonomia administrativa e financeira de que as autarquias dispõem, esta autonomia é relativa no contexto atual devido à situação de crise que se reflete na diminuição dos recursos financeiros e às restrições colocadas por via legislativa. A conjuntura atual condiciona a ação do executivo o que impõe particular atenção ao equilíbrio das contas e uma maior ênfase à política social. O bem-estar das populações e a implementação das melhores opções para concretizar tal desiderato continua a ser a nossa principal preocupação enquanto executivo. Em concreto, resulta do relatório de gestão: Receita: há uma redução de receitas face ao ano de dois mil e doze, foram as receitas de capital que contribuíram para esta diminuição. Como é sabido o valor das receitas próprias traduz um reduzido índice de autonomia financeira que é de treze vírgula setenta e sete. Poderemos dizer que é bem maior do que o de dois mil e doze. Isto tem a ver com as receitas que advêm do IMI, mas aquilo que nos deram com o IMI retiraram-no nas transferências do FEF, e portanto deram-no com uma mão mas, eu diria que, praticamente, tiraram com duas, daí a diminuição das receitas, e é enganador porque ao aumentarmos estas receitas próprias, é enganador. Mantém-se uma supramacia de bens de serviços no cômputo de receitas próprias, em trinta e sete vírgula noventa e dois por cento, seguido dos impostos diretos que representam trinta e quatro vírgula noventa e dois por cento de receitas próprias. Em síntese, há uma evolução positiva dos impostos diretos. Despesa: supramacia das despesas correntes, despesas de pessoal e aquisição de bens e serviços correntes. Sublinho que o aumento das despesas de pessoal decorrem do facto da decisão do tribunal constitucional obrigar ao pagamento dos subsídios de férias e dos subsídios de natal e o

aumento respeita unicamente a essa determinação. Há um decréscimo da despesa face a dois mil e doze no valor de onze vírgula cinquenta e cinco por cento e há um aumento das transferências correntes. Relativamente à execução do Plano Plurianual de Investimentos o grau de execução do Plano Plurianual de Investimentos foi de quarenta e nove vírgula quarenta e um por cento. Poder-se-à dizer que é baixo. Repito, trata-se da execução financeira porque, como sabem, nós hoje quando lançamos um concurso, ou melhor quando fazemos uma adjudicação temos que ter o compromisso, e é por isso que o saldo da gerência foi de mais de oitocentos mil euros. Portanto a obra está a ser feita, está adjudicada, está garantido o financiamento e o seu pagamento mas em termos de execução financeira ela não está concluída, de outra forma os valores seriam muito mais altos. Permitam-me que destaque as principais obras: beneficiação da Escola EB 2,3, termas da terronha, requalificações urbanísticas e arruamentos diversos, construção de regadios, centro interpretativo das minas de Argozelo, beneficiação da estrada chamada Vimioso / Caçarelhos ponte do cabo (a que passa nas termas) e a construção do recinto da feira do gado. Relativamente às transferências e subsídios, apesar da diminuição da receita as transferências correntes sofreram um acréscimo de vinte e quatro vírgula treze por cento, o que reflete a estreita colaboração com as diversas instituições. As instituições sem fins lucrativos continuam a ser apoiadas, destaque para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vimioso, os clubes de futebol de Vimioso e Argozelo, Raça mirandesa, OPP de Palaçoulo, Centro de gestão agrícola, Centro Sócio-Cultural, o Motoclub Furões, entre outros. Quanto à dívida do município podem verificar que houve uma diminuição da dívida do município, o pagamento atempado a fornecedores e empreiteiros, cumprindo-se assim os limites de endividamento.” -----

----- Não tendo havido intervenções / pedidos de esclarecimento o senhor Presidente da Assembleia colocou cada ponto à votação tendo sido ambos aprovados por unanimidade. Colocados à votação em minuta foram aprovados também por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Doze) – Apreciação e Votação da Análise Económico-financeira do ano financeiro de 2013.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Treze) – Apreciação e Votação da Certificação Legal das Contas do Município de Vimioso.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Esta apreciação da Análise Económico-financeira feita pelo ROC”S resulta exactamente de uma síntese daquilo que acabei de referir. Já agora, se me permitirem, também abordáramos o dois ponto treze que tem a ver com a apreciação e votação da Certificação Legal de Contas pela própria sociedade dos ROC”S. Desta apreciação da Análise Económico-financeira do ano financeiro de dois mil e treze, resulta o seguinte: diminuição do ativo em dois por cento, diminuição do passivo em onze por cento, o aumento dos fundos próprios e o aumento das amortizações. Conclui pelo equilíbrio financeiro do município. O ativo circulante isto é, as existências, o dinheiro em caixa, apresenta-se suficiente para financiar integralmente o passivo circulante, ou seja a dívida a curto prazo e a fornecedores. O total das disponibilidades assegura a cobertura integral das responsabilidades de curto prazo, além disso o município cumpre o princípio orçamental de equilíbrio, uma vez que a despesa corrente se encontra coberta pela receita corrente. Finalmente regista-se o cumprimento da legislação aplicável quanto aos limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo. Relativamente ao dois ponto treze, apreciação e votação da certificação legal de contas do município, também resulta que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do município em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites. Não-de reparar que há aí uma ênfase, um ponto sete, com algumas limitações relativamente à contabilidade de custos. Permitam-me que informe que nós estamos a implementar a contabilidade de custos, estamos a fazê-lo relativamente devagar porque não é fácil consegui-lo. -----

----- Não tendo havido intervenções / pedidos de esclarecimento o senhor Presidente da Assembleia colocou cada um dos pontos à votação, tendo sido aprovados por unanimidade. Colocados à votação em minuta foram ambos aprovados por unanimidade. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia propôs e foi aceite que o dois ponto catorze, o dois ponto quinze e o dois ponto dezasseis, uma vez que estão interligados, fossem discutidos em conjunto, sendo que a sua votação decorreria separadamente. -----

----- **Ponto Dois Ponto Catorze) – Apreciação e Votação do Relatório de Gestão 2013 da “ Vimioso 2003 – Atividades Artesanais e Turísticas de**

Vimioso, E.M. -----

----- Ponto Dois Ponto Quinze) – Apreciação e Votação do Relatório e Parecer do Fiscal Único 2013 da “ Vimioso 2003 – Atividades Artesanais e Turísticas de Vimioso, E.M. -----

----- Ponto Dois Ponto Dezasseis) – Apreciação e Votação da Certificação Legal das Contas 2013 da “ Vimioso 2003 – Atividades Artesanais e Turísticas de Vimioso, E.M. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Relativamente ao dois ponto catorze, apreciação e votação do relatório, que os senhores membros possuem, diria que, considerando o objeto da atividade da Empresa Municipal esta centrou a sua ação na área do artesanato, desporto, cultura e turismo. Participou em diversas feiras de artesanato promovendo e divulgando o concelho, promoveu gastronomia do concelho designadamente a semana gastronómica do cabrito, jornadas micológicas e amostra de doçaria da Páscoa. Organizou as festas do município de dois mil e treze o concurso do gado bovino, a décima quarta feira de artes e ofícios de Vimioso e participou na organização do campeonato nacional de trial e do King of Portugal. É conhecido por todos o sucesso destes eventos. Além disso, explorou também o parque de campismo, e as piscinas municipais. O exercício da atividade da empresa implicou uma despesa no valor de cento e treze mil, quinhentos e quarenta e quatro euros e noventa e um cêntimos. Relativamente à votação do relatório do parecer do fiscal único da empresa municipal, obviamente que temos de dar cumprimento ao código das sociedades comerciais e portanto é apresentado parecer sobre as contas da empresa. Nesta ação fiscalizadora permite-nos concluir que a contabilidade das contas e o relatório de gestão satisfazem as disposições legais e estatutárias e os atos da administração salvaguardam o cumprimento da lei e do contrato de sociedade. Finalmente no ponto dois ponto dezasseis apreciação e votação da certificação legal de contas da mesma empresa podemos verificar que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa municipal em conformidade com os princípios contabilísticos aceites no nosso país.” -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia Jorge Fernandes. Disse:” Em relação a este ponto eu peço um esclarecimento ao executivo sobre a situação atual da empresa municipal de artesanato, relativamente a questões,

que ainda quando eu estava na altura no executivo, se levantaram em relação à empresa. A sua atividade é conhecida por todos nós, mas penso que a determinada altura colocou-se a questão da sua existência e da continuidade das suas funções do seu desempenho, bem como, também relativamente a um processo que estava em fase de protesto, e bem, por parte da Câmara Municipal. Penso que são assuntos que aqui a Assembleia Municipal desconhece ou a grande maioria desconhece, e uma vez que estamos a discutir este ponto relativo ao relatório de gestão da empresa municipal, é de todo conveniente, a meu ver, esta Assembleia ser esclarecida sobre estes pontos.” -----

----- Para responder, usou da palavra o senhor Vice-Presidente. Disse:” Com a publicação do novo regime jurídico das empresas do setor empresarial local, e como já foi presente nesta Assembleia em sessões anteriores, colocou-se a questão da manutenção ou não da empresa municipal. Alguns dos presentes devem lembrar-se desta situação quer em reunião de câmara quer aqui em sessão da Assembleia. No período da entrada em vigor da lei do setor empresarial local a autoridade tributária iniciou uma inspeção à empresa municipal. Entendemos nós, na altura, que não seria deontologicamente correto, podia inclusive denunciar má fé, entendemos por estas razões que não devíamos proceder à dissolução da empresa nesta data, e impugnamos judicialmente o relatório final que nos foi apresentado junto do tribunal administrativo e fiscal de Mirandela. Sendo certo que o processo tem vindo a arrastar-se e surgiu a possibilidade de pagamento voluntário da dívida no mês de novembro ou dezembro passado. Tendo nós tido conhecimento de que em conformidade com outros relatórios de outras empresas municipais, também alvo de objeto de inspeção, que o entendimento da autoridade tributária quanto ao conceito de prestação de serviços e ao desenvolvimento por parte da empresa estaria sujeito a IVA, era este o fulcro digamos assim da questão, entendemos por bem, em novembro ou dezembro proceder ao pagamento do valor em dívida à autoridade aduaneira e tributária conforme consta no relatório de contas consolidadas e procedemos ao pagamento dessa dívida. É certo que o pagamento dessa dívida não fez cessar o processo judicial, o processo judicial tem vindo a decorrer e presumo que terá tido a decisão final nos últimos dias, porque já fomos notificados pela autoridade aduaneira para pagamento das custas, portanto o processo está em fase final. Além disso, nós no início deste ano refleti-

mos novamente sobre a empresa municipal e como queremos que toda a atividade contabilística da empresa municipal seja transparente solicitamos de novo, à autoridade tributária, o acerto de contas final, uma nova avaliação para, finda essa avaliação, proceder à dissolução da empresa municipal e à liquidação do seu património se o houver. A empresa municipal está neste ponto. Alguém desta assembleia nos poderá informar melhor só que permitam-me que, digo eu, já não entendo bem qual o entendimento das finanças. Estou a fazer referência à diretiva que veio da direção geral que uma vez entende que a prestação de serviços da empresa municipal para a câmara está sujeita a IVA outra vez entende que não. Há aí uma certa confusão quanto a esse entendimento e por essa razão já apresentamos reclamação relativamente a audiência prévia que nos foi enviada.” -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos. Disse:” Aqui há uns anos atrás quando existia quase que uma caça às bruxas sobre quem eram os culpados do défice, uns diziam que eram as empresas municipais outros diziam que eram outros. Havia uma série de siglas içadas com que nos acenavam para justificar o défice, e as empresas municipais foram apontadas como uma das razões do défice nos municípios. E na altura se bem me lembro há cerca de três anos, e o Torrão Vaz deve saber disto, foi publicado num jornal qualquer o ranking nacional das empresas municipais, e foi elaborado um ranking com base nas atividades que as empresas municipais desenvolviam, com base no deve e no haver de cada empresa municipal. Li esse artigo com alguma satisfação e salvo erro comuniquei ao Torrão porque a empresa municipal de Vimioso, quando eu defendia a extinção das empresas municipais com unhas e dentes, foi com satisfação, e fiz um certo ato de contrição, porque me pareceu, orgulhosamente vimiosense, que a empresa municipal de Vimioso estaria na vanguarda, ou faria parte do grupo dos dez das empresas municipais viáveis deste país. A ser verdade temos de ser exigentes nessa questão de gastos de dinheiros públicos. Cada um gasta o que é seu como bem quiser e lhe apetecer, agora com os dinheiros públicos temos de ter algum cuidado, algo exigente. Daí que agradecia que me informassem se sim ou não isto é verdade, se estou bem recordado porque se não estou acho que se devem fazer exigências relativamente às atividades às receitas e às despesas que a empresa municipal desenvolve.” -----

----- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente. Disse:” Já tivemos oportunidade de referir nesta Assembleia que a realização de determinadas atividades por parte das câmaras municipais com características como a nossa, e também quanto ao número de funcionários e exigência que determinadas atividades implicam, não se compadece com uma câmara municipal propriamente dito. Há atividades que são conhecidas de todos, realizadas ao longo do ano, que o município por si só não pode dar resposta nem consegue dar resposta. Envolve inúmeras pessoas, caso concreto o King realizado em Setembro, envolveu a participação de muitos elementos, muitos membros, a exploração das piscinas municipais envolve a presença contínua de muitas pessoas, a do parque de campismo, a participação e organização da feira de artes e ofícios ou das festas do concelho. O recurso exclusivo a funcionários da câmara tornava impen-sável a execução destas tarefas e a realização destas atividades. A empresa municipal enquanto entidade de acordo com a atual legislação entidade predominantemente privada, pode dar resposta a estes eventos procedendo a contratações pontuais para o efeito. Mas uma coisa é certa, o novo regime jurídico do setor empresarial local limita a constituição ou manutenção de empresas municipais porque impõe critérios cumulativos para que a sua manutenção seja possível. E um dos critérios diz respeito a que possua mais de cinquenta por cento de receitas próprias, o mesmo é dizer que obriga à dissolução de empresas que não cumpram estes critérios que são cumulativos. Daí que, aquando da publicação do diploma nós tenhamos colocado a questão da dissolução da empresa e no momento ela não foi dissolvida por causa das questões a que há bocado fiz referência nomeadamente a inspeção tributária. Quanto à nossa empresa municipal em concreto, embora tenha um nome pomposo tal como outras que movimentam milhões, está visto que a atividade da empresa municipal implica o recurso a meios financeiros do diminuto valor cento e treze mil euros no decurso do ano de dois mil e treze. Mas com esse valor deu resposta aos eventos de forma eficaz, aos eventos que se realizaram no concelho no ano de dois mil e treze. Só que os números não contam, digamos assim, para as alterações legislativas que se verificaram, sendo certo que no último ano a empresa municipal participou em muitas das atividades sem que tivesse havido qualquer transferência por parte da câmara, se calhar já nesta perspetiva de num futuro muito próximo ela ser dissolvida. Então se tinha meios finan-

ceiros próprios utilizou-os, e a participação no king por parte da empresa foi muito além da transferência que a câmara municipal efetuou. Mas, surge-nos este dilema se tivermos que dar cumprimento à nova legislação sobre o setor teremos que obviamente dissolver a empresa municipal, ou teremos que limitar a sua atividade à exploração das piscinas e do parque de campismo e aí já tem lucro, só que gere essa atividade apenas durante três ou quatro meses.” -----

----- Não havendo mais intervenções / pedidos de esclarecimento o senhor Presidente da Assembleia colocou cada um dos pontos à votação tendo sido aprovados por maioria. Colocados à votação em minuta foram todos aprovados por maioria com a abstenção do senhor membro da Assembleia Jorge Fernandes. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia propôs e foi aceite que o dois ponto dezassete e o dois ponto dezoito, uma vez que se complementam, fossem discutidos em conjunto, sendo que a sua votação seria feita separadamente. -----

----- **Ponto Dois Ponto Dezassete) – Apreciação e Votação do Relatório da Consolidação de Contas de 2013 do Município de Vimioso.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Dezoito) – Apreciação e Votação da Certificação Legal das Contas Consolidadas do Município de Vimioso.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” dois ponto dezassete, apreciação e votação do relatório da consolidação de contas, decorre da lei a presente consolidação de contas em resultado da detenção por parte do município da empresa municipal do setor empresarial local mas não só, somos sócios do Laboratório Regional de Trás-os-Montes fazemos parte da Associação de Municípios da Terra Fria, da CIM, da Agência de Energia de um conjunto de outras entidades, donde é uma determinação legal nós fazermos a consolidação de contas. Trata-se pois de um documento contabilístico que agrega as contas digamos da entidade mãe, que é a câmara municipal o município, com as suas participadas no caso mais concreto e relevante a empresa municipal como se de uma única entidade se tratasse. Em termos gerais a presente consolidação de contas apresenta de forma agregada as contas do município e da empresa municipal e das outras em que temos participação. Relativamente ao dois ponto dezoito à apreciação e votação da certificação legal de contas, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do município da empresa

municipal em conformidade com os princípios contabilísticos aceites para as autarquias locais. Trata-se de documentos meramente técnicos da empresa da certificação de contas que o fez.” -----

----- Não tendo havido intervenções / pedidos de esclarecimento o senhor Presidente da Assembleia colocou cada um dos pontos à votação tendo sido aprovados por unanimidade. Colocados à votação em minuta foram ambos aprovados por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Dezanove) – Apreciação e Votação das Regras Aplicáveis à Assunção de Compromissos e aos Pagamentos em atraso – Lei nº8/2012 de 21 de Fevereiro – COMPROMISSOS PLURIANUAIS - Autorização Prévia da Assembleia Municipal – Ligação Vimioso – Fronteira (Alcanices).** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Como os senhores membros da Assembleia são conhecedores tudo o que seja despesas plurianuais tem que ter autorização prévia da Assembleia Municipal. E portanto como já lhes disse pretende o executivo abrir procedimento para o concurso da ligação Vimioso-Fronteira (Alcanices). Neste sentido tal procedimento origina a assunção de um compromisso plurianual, ou seja se se vier a concretizar, oxalá que sim, pelo menos em termos financeiros não o será totalmente no ano de dois mil e catorze o que significa que poderá vir a estender-se para o ano de dois mil e quinze. Nos termos da legislação que acabou o senhor Presidente da Assembleia de referir solicita-se a esta Assembleia Municipal a autorização prévia para assumir tal compromisso.” -----

----- Não tendo havido intervenções / pedidos de esclarecimento o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Vinte) – Apreciação e Votação das Regras Aplicáveis à Assunção de Compromissos e aos Pagamentos em atraso – Lei nº8/2012 de 21 de Fevereiro – COMPROMISSOS PLURIANUAIS - Autorização da Assembleia Municipal – Procedimento para Manutenção / Aluguer de Fotocopiadoras.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” A exemplo do ponto anterior, as fotocopiadoras que nós temos são alugadas depois pagamos

à cópia que emitimos. Só que este aluguer não o vamos fazer obviamente só por um ano, também é plurianual e vejam aquilo que há bocadinho se falava, isto é quase um colete de forças. Para fazer um contrato de aluguer de fotocopiadoras tem que vir à Assembleia Municipal se tivéssemos que esperar por uma próxima Assembleia Municipal vejam a situação em que nós caíamos. Significa que hoje as imposições legislativas são muito, muito apertadas para a ação dos municípios. E o que aqui se pretende é abrir o procedimento manutenção e aluguer de fotocopiadoras por um período de trinta e seis meses, tratando-se de um compromisso plurianual carece da autorização da Assembleia Municipal.” -----

----- Não tendo havido mais intervenções / pedidos de esclarecimento o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Vinte e Um) Apreciação e Votação da autorização da Assembleia Municipal para a abertura de Procedimento Concursal de Recrutamento para um Técnico Superior da área de Informática - Especialista de Informática, e um Técnico Superior na área de Arquitetura - Arquiteto.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Não sei se é do conhecimento desta Assembleia, a Câmara Municipal já no anterior executivo abriu concurso para um técnico de informática, e o concurso decorreu. Entretanto apenas informalmente, via oral, uma inspeção que aqui tivemos levanta algumas reservas sobre esse concurso por uma questão muito simples: o que a lei diz é que tem de ser aberto quando for manifestada urgência nessa contratação. Na altura, abrimos o concurso para bolsa de recrutamento, isto é, nós tínhamos o concurso a decorrer e quando terminasse se nós precisássemos do técnico far-se-ia o respetivo contrato se não, não se faria. E a justificação que nós demos na altura foi: o arquivo municipal que já está agora a iniciar funções e que em termos informáticos necessita de muito trabalho, as termas que necessitam de muito trabalho e o próprio município que temos de ter o balcão único de atendimento ao cidadão e hoje tudo o que é do município tem que estar disponível on line inclusivamente nós temos tido várias candidaturas integradas na Associação de Municípios da Terra Fria para digitalização e informa-

tização de todos os serviços, e os técnicos têm de estar lá. Ora nós temos apenas técnico superior de informática na Câmara Municipal, que manifestamente tem muita dificuldade, neste momento, em acorrer a todo este processo, os outros dois técnicos que nós temos não são técnicos superiores, dão apoio ao setor das águas, dão apoio a outros setores mas, obviamente que hoje a informática, eu diria que é quase o coração da Câmara Municipal, e obviamente basta que o técnico de informática que temos hoje meta um dia de baixa ou que meta férias e ficamos bastante desfalcados. Relativamente ao lugar de arquiteto, não há nenhum arquiteto no quadro da câmara municipal. O que nós temos feito é, socorreremo-nos de contratos de prestação de serviços com os arquitetos. A lei obriga, a que todo o projeto ou um processo de construção que entre na câmara municipal, de uma simples habitação unifamiliar, que seja analisado por um arquiteto. O arquiteto que temos está a termo, salvo erro termina em Julho ou Agosto e portanto quando terminar, se o concurso não estiver concluído vamos ter que recrutar com prestação de serviços ou de outra forma um outro arquiteto, porque a câmara municipal não tem nos seus quadros efetivos, entenda-se, nenhum arquiteto. Ora, justificando-se a urgência destes técnicos nestes serviços, também a lei agora vem determinar que tem de haver uma autorização da própria Assembleia Municipal e portanto, consideramos nós, que estão reunidos os requisitos para abrir o procedimento concursal. Obviamente que agora vamos ter que cumprir todos os procedimentos legais. Já foi decidido em sede de reunião de câmara no dia vinte e quatro de Março com base na informação da divisão administrativa. Poder-se-ão levantar algumas dúvidas, é ou não possível? Nós achamos que é possível, de acordo com estas prerrogativas legais, se não vier a ser não teremos outra alternativa senão anular os concursos e ter de recorrer à prestação de serviços, porque de facto nestas áreas estamos com manifesta dificuldade.” -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia José Freire. Disse:” Não queria deixar de passar este assunto em branco, em primeiro lugar congratular-me por a câmara fazer esse esforço de meter mais colaboradores e ao mesmo tempo lembrar esse papel. Cada vez a câmara tem que assumir mais a defesa a economia do concelho com o recrutamento de mais colaboradores. Um bocado à revelia do governo que vai contra isso e incentiva as câmaras a despedir gente para acabar com elas futuramente. Fico contente

que isto aconteça e mais uma vez reforçar à câmara e a quem a dirige que esses técnicos são realmente para servirem a câmara, não é como a maior parte das câmaras, não sei se a nossa o fará ou não, recruta os técnicos e depois recorre a gabinetes para executarem esses serviços. Portanto nós devemos recrutar os técnicos, o poder local tem-nos e tem bons trabalhadores e bons técnicos, bons assistentes operacionais e devem ser eles a fazer o serviço. Fico contente quando as câmaras, e até como sindicalista, fazem a sua parte de recrutar os técnicos em lugar de procurar os serviços de gabinetes onde há muitas influências e onde saem sempre mais caros para o erário público.” ----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Também continuamos a achar que a Câmara é um motor de desenvolvimento do concelho. Mas como bem sabe o senhor José Freire, as imposições legais é sempre no sentido de reduzir, aliás nós legalmente estamos obrigados a reduzir salvo erro dois por cento por ano. Felizmente para quem se reforma, porque se reforma, e ainda vai receber a reforma faz sentido, e tem acontecido em função das reformas, não sei se a partir de agora o conseguiremos. Espero nunca ter que vir a negociar com ninguém a rescisão amigável. Mas, ressalvo que nós, na nossa perspetiva, estamos a cumprir a lei ao abrir este procedimento concursal, mas não sei se não viremos a solicitar informações sobre a legalidade ou não, porque como sabe hoje os recrutamentos estão quase impossíveis. Quanto à questão o recrutar serviços a outros gabinetes, já agora e ainda bem que falou na questão, dizer por exemplo: o arquiteto que nós temos neste momento é o autor do projeto do Centro Interpretativo da Minas de Argozelo, é o autor do projeto do Lar de Argozelo, é o autor do projeto da Casa Mortuária de Argozelo, é o autor dos projetos de vários arruamentos no concelho, ou seja a câmara municipal cada vez menos, portanto têm sido os nossos técnicos, quer arquitetos quer engenheiros a fazer todo esse trabalho. Quando nós recorremos a serviço exterior, recorremos no arquivo municipal, metia questões de IPAR e nestas coisas para resolvermos rapidamente, tem que ser alguém que se articule muito bem com o IPAR e portanto foi isso que aconteceu. Quando não temos técnicos na câmara municipal nomeadamente para as especialidades dos AVAC”S ou da eletricidade, não tendo esses técnicos, temos que recorrer a outros técnicos externos. Só recorremos a técnicos externos quando se trata de projetos que manifestamente os

nossos técnicos não têm habilitação para os fazer, que é o caso dos regadios, que é o caso das charcas ou de albufeiras que têm de ser licenciadas e aí obviamente que temos de recorrer ao exterior. Mas tudo o que é possível ser feito na câmara municipal tem sido feito, não só para as obras da câmara como também para as diferentes associações ou entidades do concelho.” -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos. Disse:” Eu ia precisamente lembrar-lhe que quando falou em AVAC já tinha ideia de lembrar que já não é sem tempo que a câmara contrate um técnico de AVAC. Relativamente a essa área já não é sem tempo, podem equacionar já de imediato a curto ou médio prazo, a possibilidade de contratar um técnico de AVAC porque a dimensão da estrutura quer da câmara municipal, quer da casa da cultura, quer lá em cima o mercado municipal já justifica. Em mil novecentos e noventa e um noventa e dois nesta mesma Assembleia, está aqui uma pessoa presente que se recorda disso, houve um colega de bancada que questionou a câmara sobre o trabalho dos funcionários. E eu já na altura sempre indignado, irreverente, sempre rebelde, saí em defesa dos funcionários da câmara. Dizia um colega de bancada que os funcionários às vezes não justificavam aquilo que ganhavam e eu parafraseei os de Argozelo: os funcionários da câmara tal dinheirico tal trabalhico”. Não podemos, a pessoas que ganham quatrocentos e oitenta euros, exigir. Temos que exigir trabalho mas não podemos exigir tanto trabalho como aquele que desenvolve um emigrante em França, ganham cinco mil euros por mês. E, na altura, também defendi que a câmara devia ser pivot, pioneiro devia ser motivador da dinâmica económica do concelho, sendo o principal empregador, e agora mais do que nunca se justifica. Dizia o José Freire, eu desconhecia, tenho informação em sentido contrário, parece-me que as repartições de finanças não vão fechar nenhuma, vão ficar sem chefe de repartição, quando esta informação passa todos os dias que há riscos de fecharem serviços, cada vez mais é obvio penso eu, a câmara o município para viabilizar e para manter a viabilização e para justificar a viabilização do município cada vez mais tem que se assumir como granjeador de emprego, criação de postos de trabalho, dando possibilidade às pessoas de ganharem dinheiro para poderem sobreviver e cá continuarem radicadas. É nessa perspetiva que eu defendo e me debato sempre com toda a frontalidade, lealdade e sincerida-

de para que a câmara contrate e amplie os seus quadros. Só que neste momento face às dificuldades que ainda resistem e persistem, como dizia o José Freire de sermos contra as orientações do governo de contenção ou de proibição de criação de novos postos de trabalho, de contratação de novos técnicos. Mas, havendo essa justificação de urgência imperiosa, mais ou menos isto, pode de facto viabilizar-se a criação de postos de trabalho. É bom que se cumpram nessa perspetiva os quadros de pessoal da câmara, está contemplado no quadro de pessoal da câmara e aí sinceramente também é com alguma revolta e é com alguma indignação que vejo que é a ordem do governo é a ordem do poder central que diz meus senhores está no quadro de pessoal aprovado em Assembleia, mas esse quadro de pessoal não é para cumprir! Não é qualquer secretário de estado ou qualquer chefe de gabinete que me vai dizer a mim ou que vai dizer a todos nós, não senhor o que vocês fazem não tem legalidade nenhuma, nós é que mandamos. Acho que deve haver neste aspeto uma separação de águas, e o quadro de pessoal que é aprovado deve ser permitido ser respeitado, é nessa perspetiva que eu defendo este concurso e outros concursos que poderão vir e que eu aconselho que venham.” -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia José Granado. Disse: É certo e sabido que a lei impõe muitos constrangimentos à admissão de novos funcionários, a única dúvida que tenho, não é dúvida, é uma questão que vou pôr para ser esclarecido: estão reunidos os requisitos pedidos em A e B que têm de ser cumpridos cumulativamente, quando seja imprescindível e que seja demonstrado os encargos com os recrutamentos em causa que estão previstos no orçamento dos serviços?” -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia Jorge Fernandes. Disse:” Relativamente a este assunto bem sabemos que a câmara municipal, e bem, é o maior empregador do concelho. O que seria do concelho de Vimioso se a câmara municipal não fosse o maior empregador se a gente que tem e que está a trabalhar na câmara, penso que ainda é a maioria que vive no concelho. Portanto é assim, se sou contra a abertura destes concursos ou não, eu sempre defendo que as pessoas devem fixar-se no concelho e também se devem fixar por esta via sempre que há justificação e há necessidade destes serviços. A câmara pode fixar gente, as empresas têm mais dificuldade em fixar gente. No entanto,

em outros concursos anteriores que houve, que eu os apoiei quando estava na câmara, manifestei alguma opinião, opinião essa que passou para as pessoas visadas não com muito agrado. Conheço bem o arquiteto que possivelmente ficará no lugar pelo facto de já desenvolver trabalho na câmara. O senhor Presidente falou dos vários trabalhos que já estão a ser executados por esse técnico, eu em tempos sempre fui e tenho vindo a ser crítico relativamente ao número de técnicos superiores na área de engenharia civil da câmara municipal, é a minha opinião pessoal, entendo que há bastantes técnicos a desenvolver estas tarefas, mas se a câmara municipal entende que são estritamente necessários acho muito bem que esses técnicos sejam mantidos. Agora o senhor Presidente da Câmara diz que existe um técnico superior na área informática e dois técnicos de qualificação média, são três técnicos, vai ser recrutado um novo técnico, aquilo que eu digo aqui é que seja tudo cumprido com todo o rigor de isenção, sejam escolhidas as pessoas mais habilitadas para estes concursos e que não seja feita, como tem sido feito até aqui há bem pouco tempo, um prémio para alguns.” -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Continuo a dizer que através da informação dos serviços, e na nossa perspetiva, estão reunidos os requisitos que o senhor membro José Granado questionava das alíneas a) e b). Mas, volto a dizer, não sei depois superiormente, a nível governativo, se nos autorizarão ou não. Há uma coisa que eu lhes quero dizer é que isto traz responsabilidade financeira para o Presidente da Câmara se as coisas não estiverem de acordo com a lei, isto não é tão fácil quanto parece. Quanto às contratações elas têm que ser justificadas pela necessidade absoluta e urgente que aqui se apresentam, porque já perceberam, e na minha perspetiva, quanto melhor for o serviço público que prestamos, melhor. Mas, obviamente e o senhor José Freire já percebeu isto e todos os autarcas dizem isto que a lei está feita para cada vez mais contratar serviços externos, claramente. Pense-se hoje que é muito mais fácil contratar uma empresa de jardinagem, como já fazem muitas câmaras, para tratar dos espaços verdes do concelho. Nós temos a questão da água em alta, abrimos um concurso, a AGS ganhou e está a fazer o serviço à câmara municipal, e continuamos a prestar o serviço. Era melhor que fosse a câmara a fazer esse serviço, provavelmente era, mas imaginem mais os técnicos que tinha que ter. E nós temos de ter muito cuidado relativa-

mente às despesas com o pessoal às despesas correntes, não podem ultrapassar as receitas correntes se não entrarmos em incumprimento. Hoje isto de ser Presidente da Câmara ou estar numa autarquia é muito complicado relativamente aos constrangimentos legais. Diz bem o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção: então nós aprovamos um quadro de pessoal e agora lá em baixo, entenda-se lá em baixo superiormente, não nos autorizam! Pois não, porque lá em baixo fazem uma lei que não autoriza. E deixam aqui uma abertura para situações excepcionais. Falava na questão de um técnico AVAC, faz algum sentido a questão que aqui se colocava, seria mais um eletromecânico que fizesse quase tudo. Vejam, hoje os aparelhos que nós temos nas termas por exemplo, no multiusos, no arquivo que hoje funciona tudo com estes aparelhos da AVAC e nós estamos a pagar a empresas quase uma prestação de serviço para nos manter isto. Vejam a questão da parte elétrica de todas as ETAS da elevação da água, se calhar é uma das áreas em que o município deveria ter técnico. Temos tido a ajuda do técnico que está na mirandesa que é engenheiro eletrotécnico. Muitas vezes o município de Mogadouro colabora com os serviços do seu engenheiro eletrotécnico para nos resolver alguns problemas. Anteriormente na Associação de Municípios existia um engenheiro eletrotécnico mas como acabou o GAT aliás era o GAT o Gabinete de Apoio Técnico o que aconteceu é que ficou sem o eletrotécnico. Hoje a perspectiva é que as próprias CIM's possam vir a ter quadros de pessoal, alguns passam para lá das câmaras, numa perspectiva de rentabilizar os recursos humanos por uma área maior, e portanto temos que ter também aqui algum cuidado legal. Relativamente ao senhor membro Jorge Fernandes eu quero-lhe dizer uma coisa: já tivemos várias fiscalizações de todos os concursos, todos eles são fiscalizados e a única questão que se levantou foi no de informática que lançamos. Apontaram que não foi lançado exatamente justificando a urgência, porque criamos bolsa de recrutamento. Todos os outros foram fiscalizados a pente fino, e portanto estou de consciência tranquila, e está o anterior Presidente da Câmara, porque não há qualquer ilegalidade nos concursos. Obviamente que faz as interpretações que quiser mas a verdade é que foi tudo cumprido integralmente, e as pessoas que foram recrutadas apresentaram-se a concurso, muitas outras que chumbaram na parte escrita como sabe, uns ficaram aprovados outros não foram e até chegaram a ser recrutados funcionários que nem eram

do concelho, porque tiveram boa nota na prova escrita e tiveram que ser admitidos. Portanto, sobre esse aspeto pode levantar, acho que não o quis fazer, alguma suspeita mas quando falou do prémio pode ser alguma suspeita. Foram cumpridos integralmente todos os requisitos. Não sei se é o técnico que está que fica, não sei se vai concorrer, ouça uma coisa basta que na BEP esteja um arquiteto em mobilidade e ele tem logo prioridade, está a ver, basta isto! Vamos ter que consultar a BEP. Como sabem a abertura de concursos para recrutamento de pessoal nunca vieram à Assembleia Municipal. Agora têm que vir, e têm que vir porque a lei obriga a que venham. É só para verificarem o aperto legislativo com que nós temos de gerir o município. Não é tão simples quanto isso, e quem nos dera a nós poder recrutar mais gente. Agora eu consigo justificar o recrutamento de um jardineiro como muito urgente? Não, dizem-me logo, recorra a uma empresa de serviços. Obviamente que esse não admitiam. Quem me dera a mim poder recrutar mais gente, e fixar mais gente no concelho. Agora um serviço de arquiteto pode dizer, o problema é que o serviço de arquiteto é permanente e não vou ter aqui um gabinete de arquitetura permanentemente a trabalhar para a câmara, era quase uma avença, isso não o posso fazer, posso-o fazer com um jurista que pode ter a avença, que não temos, aliás nós não temos avenças, não temos nenhuma avença com nenhum técnico, tínhamos uma, que vinha muito anterior, que era de um eletrotécnico por causa de um PT que está na ETA do Maçãs, já foi terminada, salvo erro, que era um engenheiro que eu não conheço, engenheiro Folhento. Já vem da governação do Eng.º. José Miranda na câmara. Temos uma avença que é com a Universidade de Trás-os-Montes por causa do Professor Doutor Alcino Oliveira que é o diretor técnico das termas e faz o estudo, e esse temos que o ter porque esse faz trabalho permanente e se não fosse assim não tínhamos. Quanto mais reduzirem as autarquias em termos de funcionários e em termos de competências mais depressa, como dizia o senhor José Freire, podem acabar com elas, e é isso que nós temos de ter cuidado. Eu prefiro transferir competências e só as transferirei se for obrigado para a CIM do que perdê-las para outra instituição que não sei qual é, porque na CIM nós ainda podemos ter uma palavra a dizer.” -----

----- Não tendo havido mais intervenções / Pedido de esclarecimentos o senhor Presidente colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unani-

midade. Colocado à votação em minuta o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte e Dois) Eleição de um Representante dos Presidentes de Junta para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Por lapso quando fizemos aquelas eleições, no início do mandato, na altura, foi um lapso nosso e pedimos desculpa. Já fizemos, no passado dia quinze de Abril, uma reunião da Comissão da Floresta Contra Incêndios. Foi aprovado o plano e de facto foi aí que verificamos que faltava o representante dos presidentes de junta. Assim ele terá que ser eleito nesta Assembleia, tem que ser presidente de junta e cabe aos grupos municipais propor os nomes e proceder-se à votação. -

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia Serafim João. Disse:” O grupo municipal do PSD apresenta para fazer parte deste órgão a Presidente de Junta de Pinelo – Natalina Neves Pires. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” A Comissão da Floresta Contra Incêndios é presidida pelo Presidente da Câmara ou pelo Vereador que o substitua tem um membro dos Bombeiros, tem um membro do ICNF neste caso é o engenheiro José Lourenço, tem um representante da junta de freguesia tem de ser presidente de junta de freguesia, tem um representante de associações neste caso é da ARBÓREA, tem representantes dos GIP”S portanto da GNR. As competências consistem, fundamentalmente, em acompanhar. Há um plano de defesa da floresta contra incêndios, em que basicamente diz lá como é que se vão articular as entidades, quais são os meios que estão disponíveis, quais são as áreas, por exemplo a equipa dos sapadores florestais tem que ser aprovada por esta comissão. O relatório dos seus trabalhos, o plano do que vão fazer, e já agora dizer-lhes que tem sido, aliás na última reunião o engenheiro José Lourenço deu a equipa de sapadores florestais de Vimioso como exemplo do que deve ser uma equipa de sapadores florestais que é muito bem gerida e tem feito um excelente trabalho, reconhecido pelo próprio ICNF. Espero que continuem a renovar o financiamento desta equipa que tem feito um bom trabalho. Portanto essa comissão reúne uma vez por ano, que é nesta época de Abril para a aprovar o plano de defesa da floresta para esse ano. -----

----- Procedeu-se à eleição tendo sido eleita com a totalidade dos votos dos membros presentes a senhora Natalina Neves Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Pinelo. -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte e Três) – Apreciação e Votação da Proposta de Alteração ao Artigo 4º do Regulamento Municipal de Segurança. -----

----- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente. Disse:” Como é do vosso conhecimento ainda na sequência da deliberação tomada na última sessão da Assembleia Municipal, que deu poderes ao senhor Presidente da Assembleia para dar posse aos membros do Conselho de Segurança, estes tomaram posse a três de Abril de dois mil e catorze. Procedeu-se à tomada de posse e posteriormente à discussão genérica de um conjunto de assuntos que caem no âmbito da competência do Conselho Municipal de Segurança. O ponto fulcral foi a adequação dos meios disponíveis no concelho em forças de segurança, se são adequados para fazer face aos problemas que eventualmente possam surgir no concelho. Estiverem presentes representantes da GNR de Argozelo e de Vimioso e esse foi um ponto em discussão que posteriormente poderá ser debatido em futura reunião como ponto em concreto da ordem de trabalhos. No mesmo sentido foram colocadas questões relativamente à proteção civil. Foi este o âmbito dessa reunião. Posteriormente entendeu o conselho, até para fazer face às alterações quanto à agregação das freguesias, alterar o artigo número quatro do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança. Este artigo, número quatro, e esta alteração proposta tem em conta a nova realidade do concelho quer quanto às IPSS”s quer quanto ao número de freguesias. É esta proposta de alteração ao artigo quarto que se apresenta para aprovação desta Assembleia Municipal.” -----

----- Não tendo havido intervenções / pedidos de esclarecimento o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. ---

----- Ponto Dois Ponto Vinte e Quatro) – Eleição de dois Cidadãos designados pela assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Segurança. -----

----- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente. Disse:” Na sequência da aprovação deste artigo quarto e da composição do Conselho Municipal de Segurança e em resultado da alínea n) do referido artigo quarto deve esta

Assembleia Municipal designar dois cidadãos para integrar esse mesmo conselho.” -----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Serafim João. Disse:” Nesta sequência o grupo municipal do PSD apresenta dois cidadãos, um que faz parte desta Assembleia e o outro que não faz parte que é o senhor Francisco Bruçó. O que faz parte é o senhor Aníbal do Rosário.” -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia José Freire. Disse:” Eu neste ponto só queria acrescentar uma questão, também me fugiu isto talvez pela minha inexperiência que pudesse ser alguém que não fizesse parte da Assembleia. De qualquer maneira não discordo dos nomes apresentados, mas pensei que este dia que é o vinte e cinco de Abril nos trouxesse mais alguma luz a esta Assembleia, mas pelos vistos nós dizemos umas coisas, mas defendemos o que queremos o totalitarismo. Não vou por aí, eu penso que foi uma precipitação. Estes pontos deviam ser de unidade não deviam existir para nos dividir. Penso que fica muito mal este totalitarismo nesta bancada no dia vinte e cinco de Abril. Deviam ter pensado um bocadinho mais neste assunto e dividir o mal pelas aldeias.” -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos. Disse:” Eu quero apenas em jeito de discordância com o meu amigo José Freire, lembrar que tudo é hipotecável, não há nada palpável que não seja hipotecável em qualquer circunstância. Há uma coisa que não é hipotecável, é o nosso pensamento. A prova que não é hipotecável é que podemos expressá-lo livremente, dar liberdade à minha mão de votar em quem eu quiser sem ninguém se aperceber em quem voto. O voto é secreto. Tenha a bondade de apresentar uma alternativa, nunca se sabe! É essa liberdade que assiste neste dia que é o dia vinte e cinco de Abril como sempre assiste e nunca se sabe se não será, se alguém dessa lista não poderá ser eleito. Há uma coisa que eu posso dizer-te alto e bom som: sempre fui e sou contra os monopólios sejam de esquerda ou sejam de direita. Ó José Freire com toda a sinceridade apresenta os nomes e nunca se sabe qual é a expressão, a expressão só se vê no fim.” -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia Serafim João. Disse:” Muito sinceramente senhor membro José Freire não admito nem que pensem que somos totalitários nem para aí caminhamos. Quem violou o princípio da

união foram vocês em Assembleia anterior, não fomos nós. Nós quisemos sempre a união. Quem violou a situação foram vocês não fomos nós, e nós estaremos sempre abertos a alterações e à união, porque a união faz a força.” -

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos. Disse:” Desculpem, aqui não há um violar de nada meu amigo Serafim não há, eu reconheço-lhe as razões é evidente conheço-te as razões para te queixares, nós somos filhos de boa gente graças a Deus. Agora não há aqui um violar de princípios, as regras do jogo são respeitadas, assiste a qualquer membro, e eu próprio posso apresentar uma lista de dois elementos para a eleição. Não há um violar de nada, ninguém violou, ninguém viola é respeitado o princípio democrático de poder apresentar, de poder ser eleito, ser elegível, eleger e ser eleito. Estão a ser respeitados os princípios da liberdade e da democracia, quem quiser apresenta, quem não quiser não apresenta.” -----

----- Usou da palavra o senhor membro José Freire. Disse:” Eu apenas queria só acrescentar aqui um ponto fui eu que o levantei, visto ali o meu companheiro de bancada ficou ofendido, se o ofendi desde já peço desculpa, mas há uma coisa que eu não aceito nem do Serafim João nem de ninguém, são lições de democracia. E que alguém tenha coragem de que alguma vez comigo com a pessoa José Freire se sentiu ameaçado nesse ponto, da falta, da minha parte, de democracia. A democracia tem que valer para a direita e tem que valer para a esquerda. Eu não estou a dizer que o Serafim nunca foi acoçado nessa parte da sua falta de democracia assim como sou eu hoje, e o que eu não quero para mim também não quero que exista para os outros, e se insurge dessa maneira nessa altura também devia pensar com mais razoabilidade neste momento porque a democracia é isto, é nós termos a liberdade e para isso é que fizeram o vinte e cinco de Abril, e hoje estamos aqui a comemorar foi para isso para nós termos direito à nossa opinião, repito aquilo que disse no início desta intervenção aqui neste ponto: pensei que havia mais abertura da parte da bancada do PSD no assunto com pouca significância e aí está a coragem dos políticos, é nessa abertura de responsabilidades e trazer a oposição para esse trabalho, porque o concelho é de todos, não é só dos elementos do PSD, é dos do PS é dos do CDS e é de todas as forças políticas. E o PSD não é o dono do concelho de Vimioso somos todos os Vimiosenses, e só assim é que vamos sobreviver com a união de todos. Não vai ser só o PS sozinho, nem vai ser o PSD

sozinho, somos todos juntos, e mesmo todos juntos vamos ter um trabalho árduo pela frente para sobreviver neste concelho.” -----

----- Usou da palavra o senhor membro Jorge Fernandes. Disse:” Eu confesso que, se calhar, não estivemos na mesma Assembleia nas últimas Assembleias. O Partido Socialista não está aqui para dividir coisa alguma, foi a sua interpretação quando afirma que nós é que estamos aqui para dividir. Eu entendi não apresentar ninguém da nossa bancada para o que foi aqui proposto, precisamente porque entendo que as pessoas que vocês nomearam estão bem nomeadas e ponto final. Portanto, não estamos aqui para dividir nada, nós estamos aqui para trabalharmos todos em conjunto. Não temos que apresentar lista nenhuma porque entendemos que quem apresentaram está bem apresentado, qual é o problema, da nossa parte não há problema nenhum.” -----

----- Passou-se à votação de cada um dos elementos indicados. Apuraram-se os seguintes resultados: Francisco Bruçó: quatro brancos, dois não, e catorze sim. Aníbal do Rosário: um nulo, um não, dois brancos, e dezasseis sim. -----

----- **Ponto Dois Ponto Vinte e Cinco) Delegação de Competências – Acordos de Execução – Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Nos termos do número 1 do art. 133º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, as câmaras municipais e as juntas de freguesia no prazo de cento e oitenta dias após a respetiva instalação celebram um acordo de execução, que prevê expressamente os recursos humanos, patrimoniais, e financeiros necessários e suficientes ao exercício de todas ou de algumas competências delegáveis nas juntas de freguesia. A fim de dar cumprimento a esta disposição legal e dar início ao procedimento, em reunião ordinária da câmara municipal no dia dez de março de dois mil e catorze, foi deliberado ouvir as juntas de freguesia quanto à celebração de acordos de execução que determinem objetivamente as competências a serem delegadas nas freguesias, os recursos humanos materiais e financeiros necessários e suficientes ao exercício de todas ou algumas das competências previstas no art. 132 da referida lei. Em reunião de trabalho realizada a três de Abril e na presença dos presidentes de junta foi todo o processo amplamente discutido com todos os presidentes de junta ou os seus substitutos. Nenhum dos presentes manifestou a intenção de celebrar acordos de execução. Por mim próprio foi proposto que cada freguesia procedesse a uma análise objetiva

sobre o tema, e que informasse, por escrito, a câmara municipal da vontade de celebrar, ou não, acordos de execução. Na sequência desta proposta vieram as juntas de freguesia comunicar que não pretendem assinar qualquer acordo de execução de delegação de competências. Presente o assunto em reunião ordinária da câmara municipal do dia quinze de Abril de dois mil e catorze, e atendendo que a lei 75/2013 preserva um valor seguro, ou seja o da continuidade do serviço público, o mesmo é dizer que considerando a não celebração de acordos de execução não se pode pôr em causa a continuidade do serviço prestado às populações independentemente do órgão que o preste. Em consequência as competências que poderiam ser objeto de acordo de execução, não tendo havido esse acordo continuam a ser exercidas na íntegra pela câmara municipal. Foram distribuídos os ofícios que as juntas enviaram manifestando exatamente o não querer celebrar esses acordos e como temos de cumprir a lei é só para dar conhecimento a esta Assembleia.” -----

----- **Ponto Dois Ponto Vinte e Seis) – Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos. Disse:” Apenas para fazer dois ou três reparos, alguns concordes outros discordantes. Senhor Presidente da Câmara permita-me que finalmente e penso que com alguma coragem, porque é necessário às vezes alguma coragem para alterar aquilo que está feito, porque em todo o lado há velhos do Restelo e eu às vezes também o sou, reconheço isso. Mas, é de louvar, com toda a sinceridade, a demolição daquele coreto alto que estava ali no Parque Municipal. Acho que deve aproveitar a ocasião, a embalagem, para daquele lado fazer mais ou menos uma coisa similar, simétrica ao que está do outro lado, também fazer uma bancada ou uma escadaria porque, perdoem-me de ser tão conciso nessas coisas mas, de facto aquele coreto, aquela pala, roubava visibilidade a um monumento, e ali está uma recuperação bem feita na Escola Conde de Ferreira. Está uma recuperação bem feita até com algumas partes do castelo bem visíveis. Se há uma tentativa de conservação e dar visibilidade a um monumento, acho que foi bem demolida a pala daquele coreto. Aproveitava também a ocasião para relembrar que já por uma ou duas ocasiões usei da palavra e sugeri que neste espaço da Assembleia Municipal se aproveitasse para fazer uma galeria dos presidentes, com fotografias de todos

os Presidentes da Assembleia expostos aí nas paredes. Aqui deviam ser expostas as fotografias dos Presidentes da Assembleia antes e após o vinte e cinco de Abril para se saber quem foram. Acho que devem ser desencadeados esforços para que sejam expostas aqui as fotografias dos Presidentes da Assembleia. Na última Assembleia falou-se aqui na feira de Nanterre, a feira de Nanterre já teve lugar acerca de quinze dias e na altura foram feitas aqui algumas considerações a propósito da feira e eu não tenho o feedback oficial de como a feira terá decorrido. Gostaria para fazer um julgamento das ações que foram desenvolvidas e se foram gostaria que me dissessem alguma coisa a este propósito.” -----

----- Usou da palavra o senhor membro Jorge Fernandes. Disse:” Foi pena o senhor Presidente da Assembleia não me ter dado a palavra antes do António Santos, porque esta intervenção é para lhe dar o feedback da feira de Nanterre. Era uma intervenção que eu queria fazer, não o fiz no início da sessão da Assembleia porque as intervenções foram feitas alusivas às comemorações de hoje, e, achei só oportuno fazer agora no final da Assembleia. Antes de mais quero dar os parabéns ao executivo que foi recetivo à proposta que nós apresentamos aqui na última Assembleia, aos contactos que fizeram com a Comunidade Intermunicipal no sentido de nos apoiar a nós produtores para podermos lá estar presentes. E também aos elementos do Executivo e da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Assembleia Municipal que também puderam ver a nossa atividade in loco. Não é fácil estarmos nessas iniciativas, no estrangeiro é muito difícil, há muita despesa de deslocação dos produtos, há as nossas próprias despesas e, para qualquer pequena empresa são iniciativas excelentes, óptimas. Mas sem estes apoios da Comunidade Intermunicipal ou da Câmara Municipal, para algumas empresas, alguns produtores, pode-se tornar inviável a participação nessas iniciativas. Foi por isso que na altura apresentei a proposta, foi aceite e aquilo que eu proponho é que seja extensivo também a outros produtores. Quanto aos resultados e, falando por nós pela Bioápis, todo o produto que para lá foi, foi às cegas porque não saberíamos o que poderia surgir, mas todo o produto foi vendido, o mesmo penso que aconteceu com os colegas dos azeites que também lá estiveram presentes. Ora isso é um resultado positivo, não só para nós empresários mas penso que também para o concelho. Fizemos também uma ligação com gentes do conce-

lho que nos visitaram, deram os parabéns às entidades oficiais que nos apoiaram pelo facto de estarmos ali e fazermos a ligação com eles. Eu convivi com gente que já fez parte desta Assembleia com o meu amigo Vítor Pires da minha aldeia, gente também de Carção, de Santulhão de todo o lado. É uma iniciativa boa para nós produtores porque podemos expandir o nosso negócio. Fizeram-se negócios penso que de futuro, e é também bom para a nossa gente que lá está e que é o reviver da saudade aqui do nosso concelho. Nós já temos bons produtos no nosso concelho, também estava a carne mirandesa, éramos três empresas do concelho presentes, embora nós no mel e nos azeites a empresa de Santulhão que estava presente as vendas foram mais significativas que a própria carne. Quem lá estava de Mirandela, de Moncorvo de outros concelhos do país todos, diziam-nos no primeiro dia: vocês o que trouxeram fiquem descansados porque vão vender. O primeiro dia não resultou em nada e há sempre algum desânimo mas é duro estar ali desde as oito da manhã às duas da manhã! Mas, sem sacrifícios não há nada na vida. Valeu a pena. Aquilo é uma festa organizada por uma associação de portugueses que vai na décima primeira ou décima segunda edição e essa festa anual tem um evento em paralelo no recinto da festa que é a feira dos produtos portugueses, de qualidade, tradicionais. Entretanto houve outros convites para participar noutras iniciativas que vão surgir, e eu acho que é esta visão e penso que o Presidente de Câmara e os restantes colegas do Executivo também partilham comigo esta visão e tem que ser a visão do nosso concelho. Até aqui não havia praticamente nada no concelho, até há uns anos atrás, não havia um produto que o concelho pudesse apresentar ao exterior. Pois bem, neste momento já existe e oxalá que venham a existir ainda mais outros produtores que venham a seguir a exemplo de alguns, e que todos em conjunto unam esforços. Foi o que se fez, e está de parabéns o Presidente de Câmara e o Executivo que acompanharam a proposta, estamos de parabéns penso que todos nós e toda esta Assembleia, portanto estamos cá todos para unir não para separar, na minha opinião.” -----
----- Usou da palavra o senhor membro José Granada. Disse:” Hoje é dia festa e como tal estamos todos na festa, o motivo que me traz aqui neste momento é para dar os parabéns a dois presidentes de junta aqui presentes, os outros que me perdoem, um deles é o José Miranda, lembras-te que há quarenta anos no dia de hoje não tiveste aulas, e outro é ao Sérgio. Dar-lhes os parabéns pela

feiras que realizaram da rosquilha e do pão. É de louvar, sei que teve muito êxito, e que continuem com esse empenho. Por outro lado também quero expressar o meu agradecimento pelo vosso convite, fiquei muito sensibilizado mas, lamentavelmente, não pude ir, obrigado.” -----

----- Usou da palavra o senhor membro Manuel João Português. Disse:” Queria cumprimentá-los a todos neste dia tão importante para o nosso país. Também dar os parabéns aos promotores das feiras de Argozelo, muito obrigado pelo convite e de Caçarelhos não está aqui o Presidente de Junta mas está o representante, o senhor Manuel João. Queria fazer uma sugestão: não é segredo para ninguém que os membros do PSD têm uma reunião prévia, uma reunião preparatória à Assembleia Municipal, concerteza que a bancada do PS também há-de ter, não sei. Proponho que os chefes de bancada, os líderes digamos assim, os porta-vozes como lhe queiram chamar, antes da Assembleia Municipal tivessem uma conversa os dois para limar algumas arestas, fazer algumas sugestões, por exemplo propostas conjuntas, gerar consensos, se calhar, evitavam-se alguns azedumes e algumas palavras fora do lugar.” ----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Só algumas considerações. Relativamente ao senhor António Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Carção, a retirada daquela pala não foi feita anteriormente por duas razões: como se recorda antes essa pala que agora já não ficava tão bonita tapava uma cabine da EDP, e essa cabine saiu ficou ao lado do palco. Conseguimos mais, tínhamos que deixar passar o tempo também da receção definitiva da obra, porque aquela obra até tinha tido financiamento. Agradecemos as sugestões, para tratar agora aquele espaço. Queremos que seja um verdadeiro anfiteatro para um conjunto de iniciativas que se têm vindo a fazer. Relativamente à galeria dos Presidentes da Assembleia é uma iniciativa própria da Assembleia que deve ser considerada. De qualquer das formas nós já temos o projeto de arquitetura para fazer obras neste edifício porque de facto é um edifício que hoje, em termos térmicos, tem muitos problemas. Gastamos muito dinheiro de Inverno, não se esqueçam que aqui já funcionaram finanças, funcionou câmara funcionaram vários serviços. Nunca fizemos aqui obras porque nos preocupamos sempre em fazer obras nos outros locais e deixamos a câmara, onde nós trabalhamos, para o fim! Estamos em crer que no próximo quadro comunitário através de um eixo que tem a ver com a eficiência energé-

tica possamos conseguir financiamento para fazer aqui obras. Temos o projeto, também feito pelo arquiteto que trabalha na câmara, integralmente, claro que parte de especialidades tudo que diga respeito à parte elétrica e AVAC”S não pode ser na câmara municipal, mas tudo o que é de especialidades temos aqui técnicos é feito por técnicos da câmara. Salvo erro, no dia quinze de Maio, vem aqui visitar-nos, a pedido meu, o senhor Diretor Regional da Cultura do Norte o Dr. António Ponte para lhe apresentar o projeto para parecer da Direção da Cultura do Norte, o que nós designamos vulgarmente por IPAR. Não significa que, se assim acharem, é uma questão de contactar os Presidentes da Assembleia após o vinte e cinco de Abril e isso pode acontecer. A câmara está disponível, tendo as fotografias, para mandar fazer e colocar. Se vierem as obras, mas também ainda não sabemos quando vão vir, quando é que há dinheiro, também era uma forma depois de as poder enquadrar no espaço. Quanto à feira de Nanterre eu disse-o na última Assembleia, e está em ata, que o município participava através da CORANE da qual é sócio. E também disse na última Assembleia Municipal, quando o senhor membro Jorge Fernandes deu a sugestão, que estava a ser equacionada no âmbito da CIM. Portanto, nunca esteve em causa a participação em Nanterre, até porque a CORANE já vem participando regularmente. Este ano achamos por bem ser a CIM, cá está uma unidade! Mas, quero esclarecer aqui o seguinte: estiveram três empresas de Vimioso, e penso que uma de Vinhais e uma de Bragança. Esteve uma de Bragança, que acho que era com fumeiro, esteve uma de Vinhais com vinhos e estiveram as três de Vimioso. Aquele stand custou na ordem dos quatro cinco mil euros à CIM. Os stands de Mirandela, privados que lá estiveram, pagaram do bolso, não foi a câmara municipal que pagou, foram mesmo os privados. Na CIM, o que ficou acordado é que este ano pela CIM foram os municípios de Vimioso, de Bragança e de Vinhais, para o ano vão outros pela CIM, a não ser que as coisas se alterem até lá. Consegui lá pôr três do concelho e os outros só puseram um. Portanto eu acho que Vimioso conseguiu fazer aqui uma representação sendo mais pequeno que os outros dois, conseguimos ter lá mais empresas representadas. Esta questão está a ser equacionada pela CIM, o secretário executivo, o Eng.º Rui Caseiro, está em contacto para ver se é possível, ou não, fazer-se uma feira, se não for nessa época noutra, só com os municípios da CIM. Teria muito mais interesse e aí sermos nós próprios, por-

que se chegou à conclusão que quem organiza a feira também faz negócio com aquilo, e isto aprende-se depressa. Se for possível muito bem. O que eu quero aqui dizer é que na câmara municipal temos de ter algum cuidado, não pode ser a câmara, o que os produtores lá foram fazer foi representar a Comunidade Intermunicipal, embora tenham feito os negócios individuais de cada um. Ainda bem e fiquei muito contente porque esteve lá o senhor Presidente da Assembleia, esteve lá o senhor Vice-Presidente e a informação que me transmitiram foi exatamente essa, que correu muito bem. No próximo ano se a CIM não fizer temos que o discutir como é que o vamos fazer. Acho que o município deve lá estar representado, mas se for nos moldes deste ano não pode ser no stand da CIM, tem de ser noutra stand ao lado, e é aqui que temos que unir esforços. A câmara municipal está disponível para ajudar, agora não pode ser a câmara municipal, se calhar tem de ser uma associação comercial seja de empresários seja do que for, e nós damos esse apoio indireto, porque senão podem vir mais tarde a acusar porque é que levou o a, b, e c, e não levou o d, e, e f. Não podemos cair nisto! Na BTL aconteceu exatamente o mesmo. Nós também na BTL o senhor Eng.^o Jorge, por imprevistos não pôde estar presente, mas também garantimos lá um lugar pago pela Associação de Municípios, e estava lá penso que também Vinhais. Vamos tentando ver se conseguimos estar lá com o menos custo possível para nós. Agora não pode ser a câmara de forma individual, porque, se repararem nas notícias, alguns ex-Presidentes de Câmara estão nas barras dos tribunais por causa de apoios às vezes desta forma! Temos de ter muito cuidado! Estou disponível para colaborar. Agora, temos que o fazer dentro da maior legalidade em todo este processo. Ser o município a alugar, por si só, um espaço e depois diz vai o a ou o b eu não sei, é quase estar a dar um benefício a um privado. Se fosse uma associação a quem nós dávamos o apoio e ser a associação alugar o espaço era muito mais fácil, porque a iniciativa era da associação não era do município, e podemos dar-lhe o apoio, exatamente o mesmo, que se calhar daríamos como se fossemos só nós a alugar o espaço, e acho que têm de ser os produtores a organizarem-se nessa forma de promoção, na certeza de que a câmara municipal e a CIM, aliás na reunião que tivemos aqui para dar contributos para o plano de desenvolvimento integrado da CIM, foi claramente dito que um dos planos prioritários da CIM é a promoção do território, oxalá que venham candidaturas para

isso. Nós vamos continuar apoiar todos os produtores, todos os empresários do concelho, estamos totalmente disponíveis para os apoiar a todos incondicionalmente, agora temos que, por todos, entre todos os empresários e câmara municipal encontrar a fórmula, porque eu já tive empresários que disseram assim: afinal foram a Nanterre a mim ninguém me disse nada, e é verdade! Nós só contactamos três e os outros? Pois, mas não cabiam lá todos, quem fez depois a seleção foi a CIM. Ó Jorge eu não estou a dizer que estou contra, eu só estou a dizer que temos de encontrar a fórmula, porque é assim quando a coisa começa a resultar os outros também sabem e também querem ir, é normal. Eu se tivesse uma empresa e visse que era ali uma boa oportunidade de negócio também queria ir para a próxima. Foram vocês desta vez. Arriscaram tudo bem! Mas, pelos vistos, já há mais gente a querer arriscar para a próxima, porque já viram que o risco compensa. Ora nós temos que encontrar aqui a fórmula e temos algum tempo para o fazer para promover essas empresas no exterior e da parte da câmara municipal estamos perfeitamente recetivos a todas as fórmulas de promoção do concelho. Relativamente à feira do pão e à feira da rosquilha penso que estas iniciativas são sempre importantes serem feitas, vão sempre dinamizando as nossas terras, vão trazendo alguma gente, quem lá está para vender também vende, a verdade é que a rosquilha e eu estive lá os dois dias e vendeu-se tudo, também se vendeu muito pão e outros produtos em Caçarelhos. Obviamente que a câmara municipal está aqui exatamente para valorizar estas iniciativas e eventualmente estudarmos outras que possam dar alguma projeção, nem que seja só mais local ou regional, do concelho que acho que é sempre muito importante.” -----

----- Usou da palavra o senhor membro Jorge Fernandes. Disse:” Cada produtor que se deslocou para Nanterre teve que pagar o envio da mercadoria, no meu caso meia palete cento e cinquenta euros, teve que pagar deslocação para o aeroporto, combustível, portagens, avião ir e vir, estadia e refeições, trezentos e tal euros. Portanto o que a Comunidade Intermunicipal nos ajudou e bem, foi no aluguer dos stands, para nós isto é um bom veículo de estímulo para o futuro. Porquê? Porque serviu para nós produtores alargarmos horizontes e verificar se vale a pena ou não estar presente, e portanto serviu para nós vermos e analisarmos o mercado. Agora uma coisa é certa, falo no meu caso pessoal, estive no SISAB em Fevereiro, Salão Internacional de Exportação dos

Produtos Agro-alimentares e a nossa empresa pagou quatro mil euros. Quer a câmara ajude no próximo ano quer não ajude eu estarei lá presente na mesma, estou lá a divulgar o território de Vimioso. o que eu propus na altura foi que o convite fosse extensivo aos produtores do agro-alimentar que estão no mercado. Agora se este ano fomos três produtores e se há mais que querem ir, e se os que foram este ano vão ser retirados e no próximo ano não vão e vão outros, eu aquilo que digo é que deve ser extensivo a outros produtores. É claro que se arranja uma solução, isto é que são as boas iniciativas, isto é um dinheiro dos contribuintes bem aplicado, porque estamos a produzir um bem no concelho, estamos a gerar receitas para o concelho, estamos a manter gente no concelho e estamos a pôr o nome de Vimioso lá fora. As pessoas perguntavam e Vimioso onde é que fica, fica no Alentejo, fica nas beiras? Então não conhece! Está ali o mapa, Vimioso um concelho do nordeste transmontano. É verdade, estamos a promover externamente o concelho, é uma boa iniciativa para o concelho, mas é claro também teve que haver sacrifício da parte dos produtores. Aquilo que eu disse desde as oito da manhã até às duas da manhã ali de pé, o Dr. Torrão o senhor Presidente da Assembleia viram que foi preciso muita dedicação e também a nossa estratégia. Correu-nos bem porque também tivemos ali alguma estratégia, éramos três parceiros um estava à entrada a encaminhar os clientes para os nossos stands e os outros a vender. Isto não é só rosas, se o pessoal pensa que vai para lá e já vende, não é assim, à minha frente estava gente de Montalegre a vender mel e pouco venderam, talvez o preço fosse diferente, talvez fossem funcionários da câmara e se calhar estavam um pouco se lixando para aquilo, porque a Câmara de Montalegre e a Câmara de Torre de Moncorvo tinham lá um stand com um conjunto de produtores. Agora, de que forma eles cabimentaram isso não sei. Mas dou os parabéns é uma boa iniciativa e é para continuar a meu ver deve ser continuado." --

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:" Eu só acho que têm que ser os produtores a reunirem-se e a encontrar as formas, têm na câmara um parceiro, o que eu disse foi: eu apoio, na câmara estamos disponíveis para apoiar, mas acho que não é correto ser a câmara a alugar um stand e depois vais tu, e tu, e tu, não pode ser! Têm que ser os produtores a organizar-se e dizer assim: eu vou, eu vou, eu vou; que despesas é que há aqui? Há estas, estas e estas e, depois, o que é que a câmara pode apoiar. Acho que é

essa a forma correta, e tem que ser assim, que é assim que também fazemos funcionar as instituições do concelho, e os produtores agruparem-se. Está a ver como acabou por confirmar que os três juntos fizeram ali uma “panelinha”, um trazia os clientes e outros vendiam, também a podem fazer antes de chegar lá e até participarmos noutras feiras. Agora o que eu estou a dizer e continuo a dizê-lo, tenho muita esperança na CIM. Na CIM chegamos a um acordo que ia Vinhais, Vimioso e Bragança. Não foi esperteza minha obviamente que não foi, mas é evidente que eu lancei logo os nomes. E lancei os nomes daqueles que de facto têm maior visibilidade, pus a mirandesa, pus o mel e pus o azeite. Mas, o que eu digo, para o ano, se calhar faltaram muitos mais, também temos fumeiro, também temos licores, também temos pão. A câmara municipal, desta forma, conseguiu lá pôr o concelho por intermédio da CIM que fez lá o que tinha que fazer. Foi o Eng.^o Rui Caseiro que tratou disso tudo. Já lançamos a ideia de organizar em França, até já se estava a discutir que, na época de verão, devíamos começar a fazer a promoção desse evento junto dos nossos emigrantes, porque muitos deles nem sabem da feira de Nanterre. Fazer a promoção com as juntas de freguesia, todos nós. Nanterre vai existir sempre, não vale a pena estar a fazer nessa data, encontrar formas e é isso que vamos discutindo também na CIM. Estavam lá produtores de Mirandela, de alheiras, pagaram do bolso deles, agora imaginem o que é um produtor de Mirandela chegar ao Presidente da Câmara de Mirandela e dizer assim: então porque não me pagaram também a mim o stand, é que Mirandela também faz parte da CIM tem o mesmo direito. O problema é este, é que não é fácil gerir isto, o que eu acho é que podemos ir a outras feiras, iremos certamente a Nanterre, mas eu lanço o desafio aos produtores para que nos apresentem alternativas / soluções. O próximo quadro comunitário até traz candidaturas para isso, a CORANE quando lá ia, ia com candidaturas. Acho que era importante se pudermos diminuir o esforço financeiro. É muito fácil para quem está do outro lado dizer: vamos fazer isto e isto e aquilo. Está bem! Tragam o dinheiro que a gente faz, não é fácil, já viram os constrangimentos financeiros que temos. Temos pouco dinheiro temos que saber geri-lo em função das necessidades prioritárias. Mas, que fique claro, estamos totalmente disponíveis sem qualquer condição para apoiar, esperamos que os produtores se organizem e nos façam uma proposta para participar em Nanterre ou noutras que venham a aparecer, porque depois

não podemos estar aqui a apoiar individualmente cada um deles. Agora se eu dissesse assim levo o mel do Jorge, levo a carne da mirandesa, levo os licores da Manuela, levo o fumeiro do Fernando, e dizer assim olhe vão para lá dois funcionários da câmara, e a câmara tem uma parte dos lucros para cobrir as despesas, essa solução não é a melhor. Se outros municípios fazem assim não sei, porque mandar funcionários da câmara para lá acho que não funciona, acho que é muito melhor os produtores organizarem-se e pedirem o apoio da câmara. Podemos perfeitamente chegar rapidamente a um consenso para que possamos promover o nosso território.” -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia. Disse:” Fiquei contente com estas iniciativas e fico feliz porque temos o nosso concelho já empresas interessadas em sair daqui e poder vender, isso é que é importante e aquilo que eu digo, as infra-estruturas e muito bem, agora há outra prioridade que é esta, é o mais importante. Também peço desculpas ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da vila de Argozelo e ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos não ter estado presente, mas não estive cá estava para fora. Ainda bem que foram duas boas feiras. E, há bocadinho esqueci-me, não sabia que o senhor Vereador Amílcar Martins tinha pedido suspensão que tinha sido substituído por mais um vereador de Carção. Os melhores sucessos para o novo elemento da vereação e que faça um bom trabalho é aquilo que eu lhe desejo.” -----

----- **Ponto Três) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O 1º Secretário da Assembleia Municipal

O 2º Secretário da Assembleia Municipal

|

|